SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
09/11/2026 - 17ª - Conselho de Comunicação Social

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Bom dia a todos que nos acompanham, também a todos os Conselheiros aqui presentes e a quem nos acompanha de forma remota.

Havendo número legal, nos termos do art. 6º da Lei 8.389, de 1991, declaro aberta a 17ª Reunião, de 2026, do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, que, conforme pauta anteriormente enviada, destina-se à audiência pública sobre educação midiática e letramento digital.

Estão aqui comigo: o David Almansa Bernardo, Diretor do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática, da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, representando o Secretário João Brant; o Fernando Oliveira Paulino, Professor da Universidade de Brasília e, recentemente, já como Coordenador do Capítulo latino-americano da Mil Alliance, que é a aliança global de educação midiática da Unesco, um capítulo recém-aprovado - né, Fernando? -, e muito obrigada pela sua presença; também aqui a Carla Azevedo de Aragão, Diretora de Inovação e Tecnologia do Instituto Anísio Teixeira, da Bahia, uma grande aliada nossa e um exemplo de boas práticas em educação midiática, e ela vai contar aqui - preparem-se! -, porque é muito maravilhoso; e a Cristiane Parente de Sá Barreto, sócia fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), que está chegando.

Também registro que foram convidados a Senadora Teresa Leitão e o Senador Alessandro Vieira, que não puderam comparecer, mas temos aqui a participação da Sra. Alessandra Garcia, que é assessora da Senadora Teresa Leitão, e está acompanhando aqui, porque a Senadora tem uma participação especial nessa questão porque ela é autora de um projeto de lei sobre educação midiática, que foi apresentado em 2024 e que está aguardando distribuição. É muito importante, Alessandra, ter você aqui e ter o gabinete da Senadora Teresa Leitão acompanhando esta audiência pública.

Informo que esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Para isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo telefone 0800 0612211.

Registro também a presença do Adilson Vaz Cabral Filho, Coordenador do Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência. Obrigada, Adilson, por estar aqui com a gente. Também depois vai fazer uso da palavra.

E, com isso, eu queria, só para fazer uma abertura inicial, antes de passar a palavra aos nossos convidados aqui - eles são as estrelas do dia -, registrar que, primeiro, o Brasil já se mostrou e está se consolidando como um grande líder na prática de educação midiática, educação digital e midiática, educação informacional e midiática, letramento digital, letramento informativo, todas essas nomenclaturas que estão no entorno de algo que é fundamental, que é o desenvolvimento de competências e habilidades críticas do cidadão para que ele possa participar ativamente do ambiente digital midiático, informacional e democrático, de forma ética, responsável e com segurança.

Então, o Brasil tem se mostrado na liderança desse processo. Eu, particularmente, à frente do Palavra Aberta, tenho acompanhado os esforços tanto da academia como, principalmente, do Poder Executivo em levar a educação digital e midiática para todo o território nacional. O Palavra Aberta, como uma entidade da sociedade civil, apoia na formação de professores, em disseminar o conceito da educação digital e midiática no Brasil todo, mas é preciso um esforço de todos para que isso de fato aconteça na prática.

E aí a gente vai ter aqui um exemplo, que é o exemplo da Secretaria de Educação da Bahia e do Instituto Anísio Teixeira, na pessoa da Carla, que vai trazer aqui boas práticas de como a gente pode avançar ainda mais com a educação digital e midiática para toda a população.

Mas eu deixo aqui... Eu queria só registrar da minha alegria, David, Fernando, Carla, de estar aqui presidindo esta sessão no momento em que a gente realiza a 4ª Semana Brasileira de Educação Midiática. Essa semana tem um caráter especial. Ela mostra não só a consolidação das ações, mas, quando a gente olha o mapa da educação midiática no Brasil, a gente começa a ver o Brasil inteiro sendo povoado por ações de educação midiática. Então isso é realmente muito interessante e fundamental para que a gente possa, de fato, avançar nesse sentido.

Sem mais delongas, passo a palavra ao David Almansa, por dez minutos. Só recapitulando, ele é Diretor do Departamento de Direitos na Rede e Educação Midiática, que está aqui representando o Secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - tem que falar sem respirar -, o Secretário João Brant.

David, a palavra é sua. Muito obrigada pela sua presença.

O SR. DAVID ALMANSA BERNARDO - Bom, muito bom dia a todas e todos.

É uma alegria poder estar aqui, especialmente com a Patrícia, que desde o primeiro dia em que eu cheguei a Brasília foi uma parceira sem medir esforços da construção da agenda de educação midiática. Então acho que muitas das entregas que a gente tem hoje no Governo Federal têm a ver com essa aliança que a gente fez com a sociedade civil, com as universidades, como a UnB, com o Prof. Fernando, e outros estados, como a Carla, que a gente também conseguiu consolidar através de um acordo de cooperação, muito na perspectiva de dar visibilidade para as inúmeras iniciativas que acontecem no Brasil. E para nós é muito importante trazer essa questão da territorialidade, sair um pouco das iniciativas que ficam só no Sudeste e começar a dar visibilidade para as iniciativas que a gente tem no Norte, no Nordeste do país, em outras regiões, e tem sido muito gratificante.

Quero dizer que o nosso Secretário João Brant mandou uma saudação aqui. Ele não pôde se fazer presente, mas também está empenhado com essa agenda, e a gente tem algumas conquistas importantes.

O que eu acho que é uma das conquistas que a gente tem este ano? Nós tivemos aqui um avanço de marcos regulatórios importantes no Brasil, a começar pela Lei 15.100, que trouxe ali o tema da restrição do uso do celular nas escolas. Eu acho que tem uma coisa importante que mostra como é fundamental essa aliança do Poder Executivo com a sociedade civil, porque boa parte dessas iniciativas surgem de uma preocupação genuína de Parlamentares ou da sociedade sobre um problema que seria, por exemplo, o uso excessivo de telas e dos celulares, mas, se não fosse essa participação ativa da sociedade civil e do Governo, talvez passasse batida a necessidade de que a gente não trouxesse só a restrição, mas trouxesse a educação midiática como um componente dessa legislação. E a gente conseguiu trazer essa efetividade. Então, a Lei 15.100, que vai tratar da restrição do uso privado de celulares na escola, vai trazer a educação midiática como um antídoto para o problema do uso desenfreado e não crítico dos diferentes dispositivos digitais e mídias.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 2, de 2025, que vai também estruturar esse tema da educação midiática no currículo da educação básica... E eu acho que talvez esse seja o salto mais importante, porque, na nossa visão, quando a gente introduz a obrigatoriedade da educação midiática dentro do currículo e provoca as escolas de todo o país a debater como utilizar nas diferentes matérias a educação midiática não só em uma matéria voltada de fato para as tecnologias, mas na matemática, na geografia, na biologia, a gente cria uma demanda no Brasil, uma demanda de formação desses profissionais da educação. E quando você cria uma demanda, você coloca a máquina pública também para ter que resolver essa demanda.

E como a gente foi trabalhando a temática de resolver essa demanda? Primeiro, inicialmente, para conseguir responder de forma rápida, nós construímos uma coletânea de educação midiática que fica hoje hospedada na plataforma Avamec, que é uma plataforma acessada por milhões de professores no Brasil. Essa plataforma hoje tem quase 90 cursos, muitos deles em parceria com essas organizações da sociedade civil, que ajudam a formar esse professor, e, agora, numa estruturação que a gente fez em que se pode criar uma trilha formativa, ou seja, esse profissional da educação entra lá na coletânea de educação midiática, dentro do Avamec, olha os cursos que tem, seleciona a partir da realidade local da sua escola, da sua comunidade, e consegue sair dali, pronta, uma trilha formativa onde ele pode seguir por etapas de que tipo de conteúdo ele vai tratar na educação midiática, desde a segurança no ambiente digital, o combate à violência no ambiente digital, até o combate a *fake news*, a condição de poder verificar uma informação, ele consegue ter essa trilha pronta.

Bom, mas a gente não se deu por satisfeito em ter apenas cursos autoinstrucionais, então a gente começou também um processo de mobilização no país. E esse processo de mobilização, iniciado com a preocupação de 90% da população de que as crianças e adolescentes não estavam seguros no ambiente digital, é uma discussão que começa antes da aprovação do ECA Digital, da Lei 15.211, quando a gente lança, em março do ano passado, o guia de telas, que é o Guia sobre Usos

de Dispositivos Digitais. Nesse guia, a gente traz um conjunto de orientações com vários profissionais da área da saúde, da área da comunicação, falando sobre os malefícios do uso excessivo de telas e trazendo a sociedade brasileira para uma reflexão sobre a necessidade de que a gente aprenda a utilizar esses diferentes dispositivos.

A gente começou a viajar, então, para os estados e a organizar grandes plenárias de mobilização com educadores, com a classe política, com tribunal de contas, assembleias legislativas, governos estaduais, prefeituras municipais. Foram sete estados visitados em todas as regiões do país. E a gente também procurou outros profissionais, como profissionais da saúde e da assistência social, que já estavam lidando no dia a dia da sua rotina de trabalho com o problema do uso desenfreado de telas e com a falta de educação midiática.

Quando a gente levou, então, a discussão sobre o uso excessivo de telas, rapidamente a gente pensou: não adianta só apresentar o problema, a gente precisa levar aquilo que nós entendemos que deve ser a grande solução, e essa solução é a educação midiática. Então, a gente levou para todos esses encontros a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, explicando o que é educação midiática, conhecendo também diversas iniciativas que acontecem nos territórios. Então, muitos professores vinham e apresentavam já casos de sucesso que eles trabalhavam com seus alunos dentro das suas escolas. A gente conseguiu ver de tudo, ver também a capacidade dos educadores de terem muita criatividade, de trabalharem com os recursos que eles têm para já construir esse tema da educação midiática no dia a dia das escolas.

Depois a gente teve a aprovação da lei do ECA Digital e a gente também incorporou nesse processo de mobilização dos territórios, para que o ECA seja algo na ponta da língua das pessoas. Não adianta a gente só ter uma lei que é um exemplo para o mundo; a gente precisa que o cidadão mais simples entenda que existe aquela lei, entenda quais são os mecanismos a que ele pode recorrer e entenda que agora a gente tem uma responsabilização também das plataformas digitais, que antes eram isentas dessa responsabilidade e deixavam trafegar vários conteúdos que eram nocivos especialmente a crianças e adolescentes, mas não só.

E aí nos deparamos com um novo desafio, que era ofertar uma educação ainda mais completa para esses profissionais, desde os que já estão na sala de aula até aqueles que estão em processo de formação, ou seja, os estudantes de graduação das licenciaturas. Então, nós começamos uma grande aliança que virou um acordo de cooperação com a Capes, em que nós começamos a discutir a oferta de disciplinas de educação midiática no ensino superior através da Universidade Aberta do Brasil. Então, a gente já tem hoje, numa construção com a Universidade Federal do Mato Grosso; nós vamos fazer a oferta de três disciplinas de educação midiática através da UAB, e aqueles profissionais que fizerem as três disciplinas, que são independentes, vão sair com título de aperfeiçoamento em educação midiática. Então, um estudante de Licenciatura em Geografia, um estudante de Licenciatura em Português vão poder fazer essas três disciplinas de forma eletiva e vão sair com esse diploma de aperfeiçoamento habilitado ali para trabalhar a temática da educação midiática.

Não contentes com isso, sabendo que 80% das matrículas das licenciaturas estão nas instituições privadas e não nas públicas, nós iniciamos um diálogo, através do Conselho Nacional de Educação, com entidades representativas do setor e estamos na expectativa de organizar agora reuniões bilaterais com as diferentes universidades não públicas - desde as confessionais até as privadas de capital aberto, as privadas de capital fechado -, porque a gente foi entendendo também que é uma dinâmica em que existem muitas nuances. E nós pretendemos fazer um diálogo de convencimento sobre o fato de que se abriu uma demanda no mercado, que é ter um profissional de educação habilitado a trabalhar o tema da educação midiática, e de que seria muito mais interessante para essas instituições, então, incorporarem no seu currículo, nas graduações, a formação em educação midiática, porque esses profissionais, esses estudantes começarão a procurar universidades que ofereçam esse tipo de formação. A gente tem uma expectativa grande de que a gente consiga avançar, ao longo do ano que vem, nesse tema, mas a gente já conseguiu incidir no documento que traz ali as competências que deve ter um egresso da licenciatura: lá a gente incidiu e adicionou a temática da educação midiática. Então, hoje já tem isso, mas a gente não quer se dar por contente com este documento; a gente quer convencer essas universidades de que é atrativo, inclusive do ponto de vista econômico, que ela possa ofertar uma graduação que pensa em educação midiática, porque a gente tem essa demanda.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID ALMANSA BERNARDO - E, por fim, uma proposta que é a nossa menina dos olhos, que é a proposta que nós estamos agora apresentando para a Capes, através de um edital APCN, que é da construção de um mestrado em tecnologias e educação midiática, que será um mestrado *multicampi*, se for aprovado pela Capes, em que a gente vai ter em torno de cinco universidades de todas as regiões do país que vão ofertar 82 vagas em mestrado profissional em tecnologias e educação midiática. Então, com isso, nós vamos conseguir colocar essas universidades públicas para fazer ensino, pesquisa e extensão em educação midiática e conseguir com isso criar um arcabouço de artigos, de pesquisas e de iniciativas de extensão.

Nós fundamos, na última sexta-feira, lá na Faculdade de Comunicação da UnB, a Rede Brasileira de Educação Midiática no Ensino Superior. Já são quase dez instituições que se associam, e a gente quer incluir muitas outras, para que a gente crie aí um *hub* de produção científica e de extensão em educação midiática no ensino superior, para fazer com que esse tema seja cada vez mais presente no dia a dia das universidades do nosso país.

É isso. Quero agradecer aqui, muito obrigado pelo convite. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, David.

Quero cumprimentar essa iniciativa da rede de ensino superior, porque uma coisa que a gente fala muito é a necessidade de ter o profissional saído de fábrica já com essa especialização para levar a educação midiática, de fato, para o ensino formal de aprendizagem, que é nas escolas.

Mas eu queria também agora ouvir o Prof. Paulino, que tem tido uma atuação bastante forte nessa questão a partir da UnB, mas não só nela, principalmente nessa questão da rede latino-americana de pesquisa em educação midiática.

Paulino, por favor.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - Bom dia.

Eu queria agradecer o convite, parabenizar a iniciativa do Conselho e dizer que é uma grande honra e uma grande alegria estar aqui. Queria também agradecer aos profissionais envolvidos na produção deste evento. Na pessoa do Bruno Spada, que está ali, queria cumprimentar vocês pela atividade.

Também não poderia deixar de mencionar aqui presenças ilustres: Marcus Martins, servidor e pesquisador; nossa Presidenta Samira de Castro; Rita Freire; Prof. Adilson, parceiro de longa data; os outros membros do Conselho de Comunicação Social; e, claro, os colegas aqui da mesa, começando pela Cris Parente, que tem sido uma forte aliada nas atividades desenvolvidas dentro e fora do Brasil, tem uma tese de doutoramento - como se diz em Portugal, Cris - sobre isso; a Carla, que nos honra com as atividades que são realizadas não só regionalmente na Bahia, mas que inspiram outras atividades dentro e fora do Brasil; e o David, que tem sido um grande parceiro, representando aqui a Secretaria de Comunicação em algumas das atividades que eu vou mencionar.

E aí eu peço licença, Patrícia, para ler o que eu preparei, para tentar cumprir agora os 8 minutos e 53 segundos que eu ainda tenho.

Então, cumprimentando a Patrícia, eu parabenizo o Conselho pelo trabalho que tem sido desenvolvido, dando continuidade a uma trajetória de compromisso com a liberdade de expressão, direito à informação e educação midiática, que também se insere nas atividades precípuas do Conselho de Comunicação Social. Não poderia também deixar de fazer menção à relevância deste órgão, dedicando agora atenção com mais veemência à educação midiática e digital.

E a gente entende que todas estas discussões se constituem como oportunidade para aproximar as reflexões sobre comunicação, educação, direitos humanos e democracia, contribuindo tanto para a reflexão quanto para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas.

Vivemos em uma sociedade na qual as tecnologias de informação e comunicação participam de praticamente todas as dimensões da vida cotidiana. As tecnologias de informação e comunicação influenciam o modo como trabalhamos, estudamos, estabelecemos relações, acessamos serviços, consumimos produtos, produzimos conhecimentos e participamos da vida política.

As plataformas digitais, os sistemas de recomendação e, mais recentemente, as aplicações de inteligência artificial passaram a interferir diretamente nas condições de produção, circulação e acesso à informação. Nesse contexto, a educação midiática e digital deixou de ser uma formação complementar para tornar-se uma necessidade relacionada ao exercício da cidadania.

Mas o que podemos entender por educação midiática e digital? A partir das contribuições da Unesco e de diferentes tradições de pesquisa em comunicação e educação, podemos compreender educação midiática e digital como um processo de desenvolvimento de conhecimentos, competências e atitudes que permitam às pessoas acessar, analisar, avaliar, produzir e compartilhar informações e conteúdos de maneira crítica, ética, criativa e responsável.

Essa formação não se limita ao domínio de equipamentos, aplicativos e ferramentas digitais. Uma pessoa pode utilizar diferentes tecnologias com habilidade e ainda assim encontrar dificuldades para compreender os interesses econômicos envolvidos na circulação de informações, identificar conteúdos manipulados ou reconhecer situações de discriminação e violação de direitos.

A educação midiática também não se resume à identificação de notícias falsas. Ela envolve a compreensão das condições em que as mensagens são produzidas, dos critérios utilizados para selecionar e organizar informações, das relações entre

comunicação, poder e economia e das possibilidades de participação das pessoas - incluindo os profissionais, Samira - nos ambientes comunicacionais. Nesse sentido, precisamos relacionar a educação midiática à integridade da informação.

Os Princípios Globais das Nações Unidas para a Integridade da Informação, apresentados em 2024 e que serviram também de referência, David, para várias ações que a Secom tem desenvolvido, incluindo uma importante reunião que o Governo brasileiro organizou com os países do G20, ajudam a compreender que a qualidade dos ambientes informacionais depende de condições institucionais, econômicas, tecnológicas e culturais, algo que interessa diretamente às empresas de comunicação, que têm feito mobilizações importantes em relação a essa tentativa de convivência, sobretudo com as chamadas *big techs*. Não basta orientar os indivíduos a identificar conteúdos enganosos quando determinadas estruturas favorecem sua circulação. Da mesma forma, não basta estabelecer regras para as plataformas sem ampliar as capacidades de participação crítica da sociedade.

Por isso, educação midiática, políticas de comunicação, transparência e proteção dos direitos fundamentais devem ser compreendidas como dimensões complementares. Essa perspectiva também recupera contribuições de Paulo Freire, Mario Kaplún, Anísio Teixeira e outras referências que compreenderam a educação e a comunicação como processos de diálogo, participação e produção compartilhada de conhecimentos.

A educação midiática não deve formar apenas consumidores mais atentos às mensagens; deve contribuir para formar sujeitos capazes de investigar, questionar, dialogar, produzir suas próprias narrativas e participar das decisões que afetam suas vidas.

É importante lembrar que esse trabalho precisa começar desde a infância, respeitando as diferentes etapas do desenvolvimento, e continuar ao longo da vida, envolvendo adolescentes, jovens, adultos e pessoas idosas dentro e fora dos ambientes escolares. No caso de crianças e adolescentes, devemos considerar conjuntamente os direitos à proteção, à provisão de informações e conhecimento e à participação. Proteger não significa simplesmente impedir o acesso às tecnologias, assim como incentivar sua utilização não significa desconsiderar os riscos associados aos ambientes digitais. Aqui acho que tem um ponto bastante importante de como conciliar proteção e direito à comunicação. A escola constitui um espaço fundamental para desenvolver essas capacidades, mas não pode assumir essa responsabilidade isoladamente.

Gostaria, nesse ponto, de compartilhar uma experiência que considero relevante para demonstrar como podemos transformar esses princípios em atividades concretas. Nos últimos anos, além das iniciativas que o David mencionou, temos participado de iniciativas de formação continuada desenvolvidas em parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia, a Secretaria de Comunicação, o Ministério da Educação e a Universidade de Brasília. Entre essas iniciativas estão os cursos de aperfeiçoamento em educação midiática - a Cris também vai ter, acho, oportunidade de fazer menção a eles - que a gente tem desenvolvido, com carga horária de 225 horas, de maneira gratuita. A gente teve, para resumir aqui o meu texto, algo como 16 mil manifestações de participação e conseguiu formar já 7 mil pessoas nessas duas edições.

Essas atividades procuram aproximar os resultados das pesquisas acadêmicas aos problemas concretos encontrados nas escolas. Em colaboração com a Cris, a Profa. Carina Flexor, a Profa. Mariana Ferreira Lopes, o Prof. Elton, temos desenvolvido materiais pedagógicos relacionados aos direitos das crianças e adolescentes, à economia da atenção, às representações midiáticas da escola, à discriminação, à comunicação não violenta e às possibilidades de participação das comunidades escolares. A proposta é trabalhar com situações do cotidiano, estimulando os participantes a analisar problemas e construir estratégias educativas que possam ser utilizadas em diferentes disciplinas e contextos.

Essas experiências também demonstram a importância de reconhecer os conhecimentos dos próprios profissionais da educação. Não se trata simplesmente de transferir conteúdos produzidos pelas universidades para as escolas, mas de estabelecer processos de cooperação entre pesquisa, ensino e extensão. Acho que essa superação da verticalidade - não é, David? - é essencial para que tenhamos bons resultados.

O Brasil tem acumulado experiências que o colocam entre as referências internacionais no debate sobre educação midiática, especialmente pela articulação entre políticas públicas, instituições de educação, redes de pesquisa, organizações da sociedade civil, empresas de comunicação e iniciativas de formação de professores. Temos condições de ampliar essa contribuição, inclusive por meio da cooperação internacional, compartilhando metodologias desenvolvidas no nosso país e aprendendo com experiências de outras regiões.

Aproveito esta oportunidade para ressaltar o convite que a Dra. Patrícia já tinha feito aqui, para convidar as pessoas e instituições interessadas a participarem do Capítulo Latino-Americano da Unesco MIL Alliance, recentemente aprovado, que reúne pesquisadores, pesquisadoras, educadores, educadoras, profissionais da comunicação e organizações da sociedade civil e empresas de comunicação de diferentes países. Esse espaço de cooperação poderá contribuir para o intercâmbio de experiências, a realização de pesquisas comparadas, o desenvolvimento de materiais pedagógicos e a promoção de iniciativas conjuntas de formação e alfabetização midiática e informacional.

Gente, vai tocar aquele sino daqui a sete segundos. É só para vocês se prepararem, por favor. Dois, um...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - Precisamos fortalecer a participação brasileira e latino-americana na produção internacional de conhecimentos, reconhecendo nossas experiências e ampliando a reciprocidade acadêmica.

Para concluir, dentro destes segundos que ainda tenho, gostaria, Alessandra, de destacar a importância do Projeto de Lei nº 1.010, de 2025, apresentado pela Senadora Teresa Leitão. Acho que não teria melhor número para destacar essa proposta - não é, Alessandra? - do que 1.010, para a gente que vem das escolas. A proposta do projeto de lei estabelece normas gerais de caráter nacional para a educação midiática e digital e prevê sua incorporação à LDB, reconhecendo sua importância para a formação crítica, a proteção de direitos, o uso ético da inteligência artificial e o enfrentamento da desinformação e dos discursos de ódio. Considero especialmente relevante que o projeto contemple a formação de professores, o desenvolvimento de materiais educativos, a proteção de dados pessoais, o pensamento crítico e a transversalidade da educação midiática nos processos pedagógicos. Por essas razões, é importante que o Congresso Nacional siga em frente na apreciação e aprovação do PL 1.010, de 2025 - quase como na apuração de escola de samba, né, Alessandra? -, com o diálogo necessário para assegurar condições efetivas de implementação.

A aprovação de uma legislação nacional poderá contribuir ainda mais para transformar experiências dispersas em uma política pública continuada, com diretrizes, responsabilidades institucionais, financiamento, formação profissional e mecanismos de avaliação, mas sua efetividade dependerá da ampliação das parcerias. Precisamos, então, fortalecer a cooperação entre Conselho de Comunicação Social, Secom, MEC, instituições de educação superior, rede de ensino médio, instituições de educação infantil, espaços de educação não formal, incluindo organizações comunitárias, bibliotecas, coletivos culturais, iniciativas de comunicação pública. Tais medidas podem contribuir para igualmente alcançar públicos, muitos deles vulneráveis, fora das instituições escolares, estabelecendo diálogos, por exemplo, Patrícia - é uma questão muito cara o Palavra Aberta -, com idosos que, muitas vezes, por falta de instrução e de interlocução, compartilham conteúdos falsos. A gente teve reuniões importantes com a Angela Rehem, que também tratou disso.

Essa cooperação deve integrar ensino, pesquisa e extensão, respeitando a diversidade de conteúdos sociais, territoriais e culturais do país, e o Conselho de Comunicação Social pode contribuir diretamente para essa agenda, estimulando o debate público, como este, aproximando instituições, acompanhando experiências e oferecendo subsídios ao Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das políticas de comunicação e educação. Afinal, promover educação midiática digital não significa apenas ensinar as pessoas a utilizar as tecnologias existentes, significa ampliar suas condições de compreender essas tecnologias, questionar seu funcionamento, participar de seu desenvolvimento e exercer seus direitos.

A educação midiática digital deve ser compreendida como parte das condições necessárias ao fortalecimento da democracia, da cidadania e da integridade da informação.

Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de contribuir com este debate. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Muito obrigada, Prof. Paulino. Acho que você trouxe aqui diversas contribuições extremamente relevantes e importantes. E a necessidade mesmo... Eu acho que eu vou pegar um trecho da sua fala que eu acho que é o que une todos aqui, que é a responsabilidade coletiva. Aqui temos representantes do setor produtivo, do setor dos trabalhadores, da sociedade civil, da academia, e é muito importante que a gente se una mesmo em torno de um objetivo comum, que é levar a educação digital e midiática para a sociedade como um todo, esteja esse cidadão no espaço formal de aprendizagem, que é nas escolas, esteja ele fora das escolas, como é o caso de populações mais vulneráveis, como o caso dos idosos, por exemplo.

Então, eu vejo que a gente tem um caminho muito importante a seguir, mas também reconheço que a gente avançou bastante. Acho que, se nós sentássemos aqui quatro anos atrás, veríamos que tínhamos ainda muito a seguir, mas, a partir dos marcos regulatórios e também com a apresentação de um projeto de lei que julgo de extrema relevância, já caminhamos bastante. Também gostaria de lembrar que no próprio Plano Nacional de Educação, que foi aprovado aqui pelo Congresso Nacional, existe, no Objetivo 7, a educação digital e midiática dentro do rol de objetivos a serem trazidos e buscados nos próximos dez anos.

Obrigada. Obrigada pela sua participação. Fico muito feliz de estarmos aqui e nesta data juntos.

Sem mais delongas, também quero passar a palavra à Carla Azevedo de Aragão, Diretora de Inovação e Tecnologia do Instituto Anísio Teixeira da Bahia.

O Anísio Teixeira foi mencionado por você, Paulino; então aqui há uma representante do instituto que é ligada também à Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Carla, é com você.

A SRA. CARLA AZEVEDO DE ARAGÃO - Obrigada, Patrícia.

Bom dia a todos e todas, senhores e senhoras.

Agradeço imensamente o convite do Conselho por esta oportunidade de estar aqui com vocês compartilhando as experiências.

Saúdo especialmente aqui os colegas da mesa.

Patrícia, eu fiz uma apresentação recente lá na abertura da quarta semana e a você eu disse assim: "O que é que você quer que eu apresente lá?". Ela: "Pode ser a mesma". *(Risos.)* Não consegui. Não vou conseguir fazer a mesma, porque fui tomada ontem por algumas reflexões.

A minha vida vai passando junto com essa agenda. Tudo começa não em 1980, mas eu me lembrei do Relatório MacBride, de 1980, quando a Unesco ousou falar sobre direito humano na comunicação, e os Estados Unidos saíram da Unesco e deixaram de aportar, e isso quase levou a Unesco a ser fechada, porque teve sérios problemas financeiros para se manter.

A gente está falando de 1980. E aí, em 1985, uma garota da periferia de Salvador, cujos membros da família nunca tinham ingressado na universidade, tinha dez anos e decidiu que ia ser jornalista - porque odiava como as pessoas falavam do meu bairro nos meios de comunicação. E, naquela época, eu chamei a professora e disse assim: "Vamos criar um jornal na escola?", e a primeira notícia foi sobre a morte de Tancredo, porque eu fui para a aula, aí um dia a professora disse: "Não vamos ter aula hoje", estavam todos chorando na frente da escola. E eu: "Por que a gente vai voltar para casa?", eu estava feliz que ia voltar para casa, mas queria saber o porquê e por que elas estavam tristes. E aí voltei para casa e, com parcos recursos, fui ali, junto com meu pai e minha mãe, escrevendo, levei alguma coisa e disse: "Profe, vamos criar um jornal?". E hoje, fazendo um recorte para 2026, tantos anos depois, e uma trajetória tanto acadêmica quanto profissional em que busco a vida inteira aliar comunicação e educação, como nos propôs Paulo Freire e tantos outros teóricos, vejo que crianças, adolescentes e jovens do nosso estado - e eu posso falar com mais propriedade mesmo das experiências que acontecem na Bahia, mas eu sei que diversas outras estão acontecendo no Brasil afora - têm a oportunidade de poderem trabalhar com produção de informação.

Hoje, este projeto indutor da implementação do currículo de educação digital e midiática no estado apoia 326... Desculpem-me, pois me atualizaram hoje: são 335 agências de notícias, que estão implementadas em 219 municípios - é óbvio, 335 escolas - e que envolvem milhares de estudantes, centenas de professores, né? O Instituto Palavra Aberta, inclusive, é um grande parceiro hoje na formação desses profissionais, porque a gente sabe que na formação inicial os professores não estão preparados para lidar com esse tipo de conteúdo, né?

E aí, volto um pouquinho, eu realmente fiz jornalismo, fiz comunicação durante um tempo, trabalhei em veículos tradicionais, do *mainstream*, mas não me adaptei e fui trabalhar com comunicação comunitária. E no mestrado, quando fui conhecer experiências latino-americanas de uso da comunicação alternativa, comunitária, progressista, empoderadora, em diversos países, Venezuela, Colômbia, Equador e tantos outros, vi que alguns países, especialmente a Colômbia, que tem um projeto de educação radiofônica de décadas, diversos países estavam muito mais avançados do que o Brasil. E descobri também que os autores latino-americanos são referências mundiais quando a gente discute educação digital e midiática.

Então, assim, a gente chega aqui hoje a esta audiência - e é um prazer estar aqui, é a quarta semana brasileira -, tem um lastro, tem todo um trabalho que foi desenvolvido por muitos autores, muitos militantes, muitas organizações da sociedade civil para a implementação da educação digital e midiática. E eu acho que muitos têm em comum uma clareza de que o exercício cidadão, o exercício democrático, jamais pode prescindir da apropriação dos meios de comunicação, de compreender como eles funcionam, como eles operam, como eles constroem notícias. Eu acho que a gente tem essa compreensão, a gente que trabalha na base há muito tempo - e hoje eu estou dentro da gestão pública há muito tempo -, de como isso interfere.

E aí, cortamos para 2026, e cá estamos nós, pós uma eleição em que ocupar os espaços de comunicação foi vital para a manutenção da democracia - e não é a primeira vez que isso acontece. Ao visitar, por exemplo, o Equador, em um dado momento histórico lá também, a educação radiofônica foi extremamente relevante para conseguir sustentar a democracia lá. Agora a Colômbia vive processo semelhante. Enfim, experiências na Argentina, Uruguai.

Eu trabalhei no Mercosul também, e a gente trabalhava dentro da perspectiva da comunicação para o desenvolvimento humano. O Mercosul não tinha um departamento de comunicação. Aí eu assumi, dentro do Instituto Social do Mercosul, a comunicação e descobri que eu não tinha pares, não tinha colegas. E vi, gente, como é que a gente, dentro da base, da militância, tem um trabalho tão forte, mas, quando chega à gestão pública, a gente é tão ruim nisso.

Então, eu fui fazendo esses recortes históricos para mostrar que, de fato, avançamos muito em pouco tempo, quando, de fato, o Governo entendeu a importância dessa agenda, passou a abrir espaço. Mas concordo com vocês, tem muito a ser

feito ainda, muito a ser feito. E aí eu posso... Deixe-me ver, tenho quatro minutinhos ainda para contar o que a gente está fazendo lá na Bahia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Pode contar. Pode contar.

A SRA. CARLA AZEVEDO DE ARAGÃO - Então, a gente já tem dentro do currículo o componente curricular estruturado, porém a gente via que precisava de outras estratégias. Então, em 2023, o então Diretor do instituto criou este projeto, em parceria com os professores da rede - eu assumi em 2024 -, e aí a gente saiu de 50 agências, que era um trabalho-piloto, bem embrionário, e pulamos para 81 em 2024. Enfim, hoje estamos com essas 335.

Então, como é que acontece? É por adesão. A escola não é obrigada a ter agência, a agência é mais um indutor desse componente curricular. A gente tem um manual em que a gente descreve como acontece o processo, a seleção dos estudantes que vão participar. Tem professores que acabam decidindo que a agência vai ser o componente curricular dele, e aí são 30 alunos. Tem professores que criam um núcleo de repórteres, editores, fotógrafos, roteiristas e estruturam a agência. Então, tem agência que é *podcast*, tem agência que é jornal escolar, tem agência que tem perfil em rede social, cada um vai tomando rumo. A gente tem agência funcionando em escola indígena. Inclusive, uma das escolas ganhou por duas vezes um prêmio de minidocumentário no Rio de Janeiro. Tem agência funcionando em escola quilombola, tem agência funcionando em escola do campo, também nas periferias de Salvador e, enfim, em diversas outras cidades. E aí esse professor seleciona esse estudante, faz um processo formativo com o nosso acompanhamento.

Só este ano o instituto ofertou 12 formações voltadas para a educação digital midiática. E aí eu vou dar destaque a uma delas, porque foi em parceria com o Instituto Palavra Aberta, com a Universidade Carlos III de Madri e com a Universidade de Washington - a universidade americana de Washington. Então, neste trabalho a gente fez uma formação pesquisa em desinformação.

Os professores passaram por um processo formativo, em que eles fizeram um diagnóstico com os alunos para entender como esses estudantes compreendiam o que era informação, o que era notícia, o que eles consumiam, quão expostos estavam a processos de desinformação e veiculação de *fake news*. Depois, esses professores aplicaram seis planos de aula - apenas seis aulas - para esses alunos, com foco nessa agenda, e, depois, aplicaram novamente o questionário.

Esse plano de aula, inclusive, foi inspiradíssimo num trabalho já desenvolvido também pelo instituto e por aulas que a gente já tinha também identificado lá com os professores dentro do Instituto Anísio Teixeira.

Então, essa pesquisa é reaplicada e os resultados são surpreendentes. Em apenas seis encontros de 50 minutos, a gente vê uma redução drástica da vulnerabilidade dos estudantes em relação à desinformação.

Eles ampliam a capacidade de leitura crítica dos meios de comunicação, eles passam a compreender melhor o que são notícias e, consequentemente, também como membro das agências de notícias produzem melhor o conteúdo.

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA AZEVEDO DE ARAGÃO - Vai ele, 59.

Então, a gente vai apresentar para o nosso Secretário de Educação agora, no dia 19 de novembro, os resultados dessa pesquisa, os membros das universidades vão para Salvador para fazer esse aporte. Eu trouxe essa como destaque, mas a gente trabalhou também com IA no ensino de Matemática e Física, mas nunca é só IA pela IA, não é o *software*. Porque o que a gente diz para os professores é: "Não se assustem, as tecnologias vão mudar o tempo inteiro, nós não vamos acompanhar tudo e não é sobre isso, é sobre repertório, é sobre análise crítica, é sobre mediação, é sobre apropriação dos conceitos, da discussão, do cerne do debate". Porque se é o *software* A, B, C, D, suporte A, B, C, D, isso vai mudar o tempo inteiro. E a gente não vai ficar agonizando achando que vai dar conta disso, porque os alunos vão dar conta por nós. O que eles precisam é de uma curadoria, é de uma pessoa com lastro de repertório cultural, científico, que os ajude a navegar por esses mares, a navegar por essas infovias de modo seguro.

Então, hoje, com o projeto, para além de ser esse indutor, a gente conseguiu observar, através de uma pesquisa com 1,4 mil estudantes que integram as agências, que eles, academicamente, é um estudo ainda muito preliminar, assim, dentro das nossas bases de dados e tudo mais, mas a gente conseguiu observar que esses 1,4 mil estudantes têm um desempenho escolar melhor do que a média dos alunos da rede. E por que isso? Porque eles se apropriam mais da escola, eles se sentem mais pertencentes, eles constroem discurso, eles se apropriam do seu próprio território, identidade, cultura, produzem conteúdo, produzem informação. Então, para a gente era muito possível que isso acontecesse. Eles hoje, de todas essas três avaliações que fazemos de Língua Portuguesa e Matemática dentro da Plural, que é uma plataforma que a gente tem, os desempenhos deles - eu tenho uma apresentação com tudo isso, mas não vai dar tempo -, com todas essas oscilações de percentual, índice de abandono, a evasão beira a zero quando ele integra esse projeto. Então, a gente tem uma confiança muito grande de que o trabalho está sendo muito bacana e de que ele pode inspirar outras redes.

Então, este ano, a gente vai lançar o guia que conta, o manual de como implementar uma agência de notícia na escola, a gente quer mais que todo mundo use, *copyleft* total, porque essa é uma premissa do trabalho que a gente desenvolve. E quero dizer, sim, que a gente tem tido um apoio muito grande do Governo do estado e da Secretaria de Educação sobre isso.

E aí, por fim, eu conto para vocês que o Governador Jerônimo, enquanto ainda atuante no movimento de organização comunitária, lá no início dos anos 2000... Eu atuava numa organização social chamada Cipó Comunicação Interativa, e a gente formava jovens pelo estado inteiro para a apropriação dos meios de tecnologia. E a gente montou a primeira agência de notícia, a agência de notícias Mandacaru, na região do Sertão. E Jerônimo, na época, era um dos coordenadores do MOC (Movimento de Organização Comunitária), e acompanhou todo esse processo. Então, eu digo que vem de lá também a visão e a compreensão clara que ele tem de como é importante que a gente fortaleça os nossos jovens, especialmente, dentro do ambiente escolar, para entender esse letramento, para vivenciar, experienciar esse letramento.

E o último destaque que eu faço é que, claro, isso não acontece só na escola, é importante que esteja chegando como política pública para dentro da escola, mas precisa acontecer em diversos espaços, porque a gente tem diversos outros atores que precisam também se formar e entender e compreender essa agenda.

Acho que é isso. O videozinho, se der, depois a gente passa.

Obrigada, gente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - O vídeo é a cereja do bolo, gente.

Obrigada, Carla. Acho que suas palavras são muito inspiradoras. E eu tenho muita alegria de poder ter participado, pelo Palavra Aberta, da construção de muitos dos resultados que estão sendo ofertados lá e estão aparecendo na Bahia. De fato, é impressionante como o aluno, quando se sente pertencente, ele de fato se desenvolve. Então, é sobre justamente a valorização do protagonismo jovem, a partir de ele entender a sua competência crítica, para que ele possa se desenvolver como indivíduo. Isso é muito importante e agradeço demais a sua contribuição.

E também você lembrou de algo sobre o qual a gente conversa muito - Cris tem um papel fundamental nisso -, que é beber da fonte de tudo que foi a comunicação pública, de tudo que foi sendo produzido pela academia nos últimos 40 anos. Eu falo dos últimos quatro como um recorte, mas nos últimos 40 anos foi que o Brasil passou por esse processo de desenvolvimento da educomunicação, da comunicação popular, dessa construção mesmo de todas as mãos.

Então, com isso, eu passo a palavra para a Cristiane Parente de Sá Barreto, sócia-fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), para suas contribuições.

Cris, a palavra é com você. Obrigada.

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - Estão ouvindo bem? Está tudo bem? *(Pausa.)* Bom dia. Com muita alegria estou aqui, com essa mesa incrível e também com vocês aqui presentes, porque são pessoas muito importantes e a gente está numa Casa da democracia e numa Casa que pode transformar realidades. Então, ter vocês aqui significa que vocês estão dispostos a transformar realidades de muitas pessoas no Brasil - crianças, adolescentes, idosos, famílias - que vivem essa discussão aqui que a gente está tendo. Então, obrigada, Patrícia, pelo convite. É um prazer também estar aqui com o Paulino, colega de muitos cursos e reflexões e utopias; com a Carlinha também, que eu conheço desde as eras da Cipó; com o David, com quem eu tive o prazer de trabalhar como consultora na Secom e agora no MEC.

Eu escrevi algumas coisas, mas cada vez que a gente vai falando aqui e vai vendo vocês, vai lembrando de fatos. Estou olhando para a Samira, lembro do papel que os sindicatos dos jornalistas, que a Fenaj tem, por exemplo. Aí me lembro do que aconteceu em Portugal, por exemplo, de uma parceria incrível entre o Sindicato dos Jornalistas em Portugal e as universidades, junto com as escolas: eles se juntaram para ir a várias escolas fazer formação dos professores nessa área. Então, eu vou me lembrando dessa trajetória, dessa linha do tempo que a gente vai vivenciando.

Aqui também, no Brasil, a gente tem as políticas públicas ligadas a essa área de educação e comunicação. Se a gente for lá para trás, a gente vai ver, desde 2008, por exemplo, o Mais Educação, o Mídias na Educação, desenvolvidos pela Secadi; a Profa. Jaqueline Moll, o Ministério da Cultura também trabalhando com pontos de cultura e trabalhando essa questão da comunicação. Por que não... A gente estava num evento na FAC e a Profa. Ivana Bentes falou: "Poxa, a gente tem os pontos de cultura, por que não pensar também nesses pontos espalhados pelo Brasil, trabalhando a relação educação e comunicação?". A educomunicação já está muito espalhada no Brasil, é um conceito latino-americano. A nossa política é de educação digital e midiática.

Então, acho que os senhores, as senhoras têm um papel muito relevante de ouvir suas bases, de estar nos seus municípios, nos seus estados, identificando... A gente já tem um mapa brasileiro de educação midiática, desenvolvido pela Secom, Unesco. Eu tive a oportunidade de participar desse trabalho incrível, para identificar o que está acontecendo no país. Não é porque o tema é novo para você que ele é novo no país, não. Nós temos milhares de pessoas no Brasil desenvolvendo esse

tema, não só acadêmicos, mas profissionais, pessoas em ONGs, crianças, adolescentes que, como a Carla, quiseram criar o seu jornal escolar ou o seu *podcast*, sua rádio poste, em vários locais do país. Então, eu acho que é um tema apaixonante. E aí eu gostaria de iniciar essa manifestação para vocês, inclusive, com uma questão que eu considero fundamental, que é a seguinte, nesse contexto, nesse ecossistema comunicacional em que a gente vive, que condições a gente está oferecendo para a população brasileira compreender, participar e exercer seus direitos em uma sociedade cada vez mais mediada pelas tecnologias e plataformas digitais? O que nós estamos oferecendo para ela? Nós, Congresso, Deputados, Senadores, acadêmicos, professores, comunicadores, temos uma responsabilidade em relação a isso.

Lembro que essa pergunta já traz implícita uma reflexão acerca da educação digital e midiática que deve ser vista muito além de uma preocupação restrita ao ambiente escolar, como todos aqui já pontuaram. E não deve ser tratada apenas como uma resposta aos riscos e possibilidades de danos da internet, mas como uma política pública estruturante para a garantia de direitos à comunicação, à informação, à liberdade de expressão, à educação, à participação cidadã. E se a gente está falando de política estruturante, a gente está falando desta Casa, a gente está falando da responsabilidade de cada um dos senhores e senhoras e da escuta à população. Estamos falando aqui da proteção de direitos humanos e da própria qualidade da nossa democracia. A gente sabe que a nossa democracia enfraquece com desinformação, com discurso de ódio. Não é isso que nós queremos para nossos filhos, para as nossas famílias. Sejamos nós de um partido de direito ou de esquerda, nós queremos nossos filhos autônomos. E é isso que a gente vai buscar com uma política pública decente, uma política pública que torne esses jovens e as famílias mais críticos em relação às mensagens que recebem.

Então, a gente vê que estar conectado não significa necessariamente compreender como é que funcionam os ambientes digitais. Aliás, nós sabemos, como as rádios, as televisões, que boa parte da população nem sequer sabe que são concessões públicas. A gente está falando aqui de a população compreender os negócios das plataformas digitais, quando nem sequer muitas vezes sabem que rádio e TV são concessões públicas e que as pessoas têm direito de protestar e de exigir qualidade desses veículos. Mas, se a gente não tem informação de qualidade e uma política estruturante para isso, as pessoas não vão cobrar os seus direitos. É isto que nós queremos deixar de legado? Para ser uma política estruturante, é preciso ter força, é preciso ter vontade, é preciso perguntar, "que sociedade eu quero para o meu país?". Governos autoritários não têm interesse de formar população crítica. Um governo democrático tem. Se os senhores e as senhoras estão aqui para pensar na população que os elegeu, os senhores têm a obrigação de pensar na formação dessas crianças, adolescentes, desses idosos que já saíram da escola e dessas famílias, porque é um país independente, soberano, que nós queremos.

E aí, continuando, eu vou falar que, durante muito tempo, as políticas de inclusão digital, inclusive, estiveram muito concentradas, sobretudo na ampliação do acesso a dispositivos, o que faz parte. Mas não é só isso. Hoje a gente tem 92% das escolas brasileiras conectadas, mas a gente ainda tem, por exemplo, cerca de mil escolas no Brasil sem energia elétrica. Não dá para a gente pensar em conectividade quando a gente ainda tem um *gap* muito grande. Então, a gente tem que avançar, mas sem deixar de olhar para o retrovisor e ver o que a gente está devendo para essa população. Não vou falar das políticas que estão sendo trabalhadas principalmente por Secom e MEC, mas também envolvendo outros ministérios, porque eu acho que o David já falou muito bem. Nem vou falar aqui, mas sugiro que entrem nas pesquisas TIC Kids Online e TIC Educação para ver direitinho os resultados. E, como a nossa população está cada vez mais na internet, mais vale a pena dizer que o Brasil não parte do zero nessa discussão. A gente tem um histórico muito importante. Daí a importância da aprovação desse PL 1.010, de 2025, da Senadora Teresa Leitão. É importante a gente discutir, chamar de novo, porque está na mão do Senado. E a gente está de olho nisso, comunicadores, educadores. É um momento importantíssimo para fazer esse PL avançar, já que nós já conseguimos aprovar o ECA Digital, por exemplo, já temos agora educação digital e midiática obrigatória nas escolas. Então, este Congresso daria uma contribuição importantíssima fechando um ciclo que começou a discussão toda, principalmente a partir de 2023.

E aí, para ir finalizando, eu vou citar duas coisas. Primeiro, a gente não vive apenas uma era digital, mas de mediação algorítmica da infância e juventude. O digital não é só ferramenta, não é só um recurso pedagógico, é uma linguagem que nos ajuda a organizar o pensamento. Ele é ambiente, ele é cultura, ele é ecossistema, ele é território de disputa, ele é condição de existência social. Quando a gente trata o digital como ferramenta, ele vira algo que a gente usa e guarda. Quando a gente entende o digital como ambiente, ele passa a ser algo que nos atravessa. O digital é um ambiente não só onde crianças e adolescentes se expressam, mas também onde a gente constrói vínculos, pertencimentos, disputas, onde a gente pode vivenciar exclusões, violências e desigualdades. Então, se esse meio é linguagem, é importante que a gente aprenda a sua gramática - a gente, a sociedade -, os algoritmos, os formatos, as métricas. Se é retórica, é preciso pensar no engajamento, na viralização, na *performance*. A gente precisa pensar na sua sintaxe, como é que essas plataformas organizam os nossos sentidos, seus ruídos, seus silêncios, como é que são feitas as representações.

Então, ensinar e aprender educação digital e midiática não é usar aplicativos, é compreender criticamente estruturas de poder e intencionalidade, códigos que estruturam visibilidade, influência e monetização. É perceber que não acessamos, mas vivemos um mundo digital e somos afetados por ele.

(Soa a campainha.)

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - Estou quase terminando.

E a escola tem um papel muito importante nesse sentido, assim como os senhores.

O que muda, afinal, quando a gente entende o digital como linguagem e ambiente? Que ele organiza rotina, mídia, afetos, estruturas, consumos. E, por isso, não basta apenas controlar o tempo. É preciso formar leitores, produtores, navegadores desse ambiente que entendam suas regras de convivência, se alfabetizem, se eduquem nessas regras de convivência, entendam seu idioma, sejam capazes de compreender suas narrativas e sotaques, dominem seu modelo de negócios e aprendam sobre os seus direitos. E isso dialoga diretamente com a educação digital e midiática como política pública, como garantia do art. 227 desta Constituição e a formação para a cidadania e a defesa da democracia. Educação digital e midiática não é um conteúdo a mais, é uma condição para a cidadania neste país.

Depois, com o tempo, eu tenho aqui dez pontos e dicas para este Conselho, mas eu vou tentar respeitar o tempo aqui e fico aberta para as perguntas e conversas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Cristiane. Acho que essa ponderação sua sobre linguagem é fundamental para que a gente possa entender mesmo que não estamos falando só da tecnologia em si, mas de uma nova linguagem que a gente precisa incorporar no nosso rol de conhecimento. E até dialoga muito com o que a Carla colocou sobre a questão do que está... A tecnologia hoje é essa que está aqui, mas a gente precisa entender o que está por trás dela. Então, hoje vai ser a IA, amanhã pode ser a IA generativa, depois a IA agêntica, depois qualquer coisa que venha. A gente precisa desenvolver a habilidade crítica mesmo do indivíduo.

Bom, eu queria agora já passar a palavra, agradecendo mais uma vez a participação dos nossos expositores, que trouxeram contribuições muito significativas, e abrir inscrições para o uso da palavra dos Conselheiros, registrando a presença, primeiro *online*, dos Conselheiros Valderez Donzelli e Olimpio José, que não puderam estar aqui hoje, mas estão acompanhando esta audiência pública em formato remoto, também dos Conselheiros e Conselheiras Samira de Castro, Fernando Cabral, Débora Duboc, Rita Freire, Carlos Magno, Caio Loures, Daniel Queiroz e Marcus Martins, que estão aqui presencialmente acompanhando esta audiência.

Então, acolho agora as inscrições para que os Conselheiros possam fazer uso da palavra por até cinco minutos. Só para esclarecer aqui aos participantes da mesa, todos os Conselheiros falam e depois a gente volta para as palavras de vocês respondendo as contribuições, perguntas, questionamentos e também questionamentos da sociedade civil.

Então, passo a palavra ao Conselheiro Carlos Magno, por favor.

O SR. CARLOS MAGNO - Primeiro, bom dia a todos.

Eu quero, como integrante deste Conselho, representando a sociedade civil, parabenizar a Presidência e o Conselho como um todo por trazer esse tema ao debate, um tema tão importante, tão atual e tão necessário para a gente debater. E esse é um fórum muito adequado para esse tipo de debate, até pela semana nacional que estamos vivendo também no marco temporal.

Eu prestei atenção atentamente, queria parabenizar a todos pelas exposições.

O David falou de uma plataforma que eu achei fantástica. Imagine essa plataforma que oferece os cursos para os educadores funcionando há 30 anos, a dificuldade que se teria de acesso a esses cursos. E o ambiente digital proporciona isto: na palma da mão, os educadores podem ter acesso a essa ferramenta tão maravilhosa. Parabéns.

Mas eu queria puxar aqui para o debate, porque a Carla citou Paulo Freire dizendo que a educação e a comunicação são indissociáveis, e realmente são. E essa educação... Eu sou de um tempo que se dizia que a educação começa em casa. A escola tem um papel fundamental, preponderante, mas as famílias também têm esse papel.

Quando a gente estava debatendo sobre o ECA Digital aqui, a gente observou um grande problema que se verificava dentro de casa, que era o compartilhamento de celulares. Famílias que não tinham muitas posses, não tinham como comprar celular para os filhos, para os adolescentes, para as crianças, acabavam compartilhando o celular do adulto para que o adolescente fizesse sua pesquisa, e ele tinha acesso a um celular totalmente aberto para pesquisar outras coisas também. E isso era uma preocupação, isso foi colocado aqui neste Conselho.

Eu vi agora que essa plataforma, por exemplo, de acesso a conteúdo importante na formação, na educação digital, talvez seja apenas aberta aos profissionais de educação, não é isso? Então, de que forma nós poderemos ter conteúdos para as famílias em casa e para as próprias pessoas, não só aos pais e às mães, aos responsáveis, mas para o próprio jovem ou

adolescente? Porque eu acho que foi... Quem foi que falou aqui que é importante que a educação midiática chegue às escolas, mas também que chegue a outros espaços? Foi a Carla que falou também, não é isso?

E o Fernando disse que a educação midiática deve começar desde criança, passando por todas as etapas da vida. Então, se tem que começar desde criança, se a família tem também um papel na educação de seus filhos, como é que as famílias poderiam ter acesso não digo apenas a esses conteúdos, mas à informação e à educação, para que dentro de casa começasse esse processo?

Eu deixo esse ponto para reflexão e agradeço a participação de todos, mais uma vez.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Conselheiro Carlos.

Passo a palavra para o Conselheiro Fernando Cabral, por favor.

O SR. FERNANDO CABRAL - Bom dia, Presidente Patrícia Blanco. Parabéns pela iniciativa desta audiência pública, aqui neste Conselho de importância e relevância para a garantia da democracia e liberdade de expressão para o povo brasileiro.

Aqui representando a Federação dos Radialistas (Fitert), ouvi atentamente todas as falas e importantes explanações, tanto do Prof. Paulino, quanto do David, quanto da Cristiane e da Carla Azevedo, mas a Carla me chamou a atenção. Ela vem da Bahia; vem lá, Carlos Magno, do Nordeste do Brasil, que sempre dá exemplo para o mundo, não só para o Brasil.

O nosso Nordeste brasileiro dá exemplo para o mundo, e a Bahia, Carla, está de parabéns por avançar num tema tão atual, que é a questão da educação midiática e a mídia dentro das novas tecnologias, levando-a a todos os recantos da Bahia, que é um estado muito grande, a gente sabe. Nós somos vizinhos lá; sou sergipano, sou lá de Aracaju. Hoje resido às margens do Velho Chico, em Santana do São Francisco, mas sou de Aracaju; sou nordestino, vizinho lá da Bahia.

E quero parabenizar o Governador Jerônimo. Ele lá atrás já tinha a visão social de que a educação tem que ser valorizada. E, neste momento, Presidente Patrícia Blanco, no qual nós temos acesso a todas as plataformas, instrumentos de transformação, a educação midiática vem fortalecer o pensamento crítico, garantir a liberdade de expressão, garantir a democracia no Brasil.

Então, neste momento, quero parabenizar o Estado da Bahia, o Governador Jerônimo, que lá no movimento social já tinha a visão de que nós chegaríamos a um momento como este que estamos vivendo. Estamos acabando de passar por um período eleitoral em que a desinformação e as *fake news* varreram o Brasil de ponta a ponta.

Quero trazer em primeira mão para vocês que a nossa federação, a Fitert, está preparando um projeto de educação midiática para radialistas, porque nós ocupamos os veículos de comunicação, como foi aqui relatado. *(Palmas.)*

Comunicação é um direito público; a comunicação é pública, a concessão é pública! É um direito da sociedade.

Então, além de valorizar esse trabalho de fortalecimento nas escolas e em todos os ambientes, nós precisamos também formar a nossa categoria em nível de Brasil para que ela tenha a consciência do poder que é a questão da formação através da mídia, através das novas tecnologias.

Quero parabenizar a Presidente Patrícia Blanco pela iniciativa desta audiência pública e saudar todos os expositores pela qualidade nas explanações. Se eu for aqui pontuar cada um, nós vamos ter meia hora de fala - e radialista fala muito. *(Risos.)*

E aí quero parabenizar o Prof. Paulino, o David, a Cristiane, mas direcionar a minha fala e as minhas homenagens ao valoroso Estado da Bahia, ao Nordeste brasileiro, que tem uma representação muito importante na cultura, na política nacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Conselheiro Fernando. Fico muito feliz de saber que a Fitert vai avançar com este tema. Acho que o papel dos veículos de comunicação e dos profissionais do rádio, da TV, dos jornalistas como um todo é fundamental para que a gente possa, de fato, ampliar este tema e levar esta temática, principalmente para a população que não tem acesso - acho que é para quem está fora dos muros da escola. Então, é muito importante.

Parabéns pela iniciativa.

Passo a palavra à Conselheira Débora Duboc. Por favor.

A SRA. DÉBORA DUBOC - Bom dia.

Eu estou muito entusiasmada com esta audiência pública, porque eu acho que realmente ela é fundante de um estado civilizatório.

Sem dúvida nenhuma, é uma nova linguagem. Eu estive agora muito próxima, por conta de uma amostra de cinema, de vários estudantes do fundamental II e do ensino médio também, que estiveram com seus professores debatendo várias obras. E uma dessas obras me chamou muita atenção, porque ela olha para a questão do racismo estrutural no Brasil, que é o *Dentro da Minha Pele*. E o que eu percebi na discussão que eles trouxeram é que muitos deles, muitos, o tempo inteiro, traziam a rede como um local que disseminava esse racismo, e eles usavam muito palavras de forma camuflada, de forma escondida.

E eu queria entender se as plataformas também têm como... A gente tem como exigir das plataformas a promoção da educação midiática? Qual o papel dessas plataformas? Como diz o Eugênio Bucci, o algoritmo sabe tudo da gente, e a gente não sabe nada sobre o algoritmo. Neste PL existe uma forma de comprometer as plataformas à educação midiática?

Muito obrigada.

E realmente é fundamental esta discussão. Acho que outras audiências deveriam ser feitas, porque realmente é um assunto, uma linguagem em que a gente tem que estar junto à sociedade, trazendo esta discussão, para que realmente nossa soberania e democracia sejam protegidas.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Conselheira Débora.

Passo a palavra para a Conselheira Rita Freire.

A SRA. RITA FREIRE - Obrigada, Presidenta. Quero cumprimentá-la pelo tema desta audiência. Você, para nós, é uma referência desse tema e está nos ensinando muito. Esta mesa ampliou muito o que eu tinha de ideia de educação midiática.

A gente está com este projeto aqui, mas ele está andando muito devagarinho, né? Não é pelo conteúdo dele; acho que uma das coisas é que ele exige - acho que até da parte de quem apoia o Governo - uma articulação muito grande. Então, David, eu queria lhe perguntar se essa articulação que você trouxe aqui - de territórios, educadores, medidas - dá conta do projeto, porque este Conselho, às vezes, faz uma recomendação, seja às Comissões, a Parlamentares, para que alguma coisa avance ou alguma coisa saia de pauta se não for do interesse da sociedade.

Eu acho que os pontos que seguram um pouco é que parece que o projeto, no conteúdo, é simples, ele tem muita coisa, todo mundo concorda com elas, mas na prática rola um medo, um medinho do trabalho que ele dá. Também, é claro que há um segmento que já nem queria discussão política nas escolas, discussão de gênero, acha que esse pode ser um canal ideológico. Então, também se retrai, mesmo não tendo oficialmente nada contra o projeto. A gente quer subsídios para mostrar que essas coisas não existem, ou seja, que essa articulação existe, que é possível e o que depende do Congresso para isso.

Então, eu queria ao David, em tudo isso que falou, eu queria perguntar também - porque tem ali a Secom, tem ali a EBC -, eu queria saber se a comunicação pública está devidamente envolvida e mobilizada para a promoção da educação midiática e como está, inclusive, com publicidade institucional que todas as áreas do Governo poderiam estar fazendo para ajudar a manter a nossa comunicação pública como uma coisa fundamental para a sociedade.

Então, eu queria deixar esse foco ao querido Fernando Paulino. É um companheiro, parece que em todo lugar em que a gente tem uma luta que está ligada à comunicação, ao papel das universidades, o Paulino está lá; nos ajudou no grupo de trabalho que criou os atuais comitês de participação. Queria agradecer a você e a toda a Frente em Defesa da EBC. Você trouxe uma coisa muito importante deste debate, que eu acho que ecoa nas palavras, que é essa falta de conhecimento do que está por trás da mídia. Foi o que fez desmoronar anseios democráticos em toda a América Latina. Que bom que tem esse capítulo agora, que é a América Latina, e que, assim, não faltam conhecimentos.

Você mencionou o Relatório MacBride. Ele ainda é atual totalmente, principalmente para a América Latina como...

(Soa a campainha.)

A SRA. RITA FREIRE - Bom, eu queria cumprimentá-lo.

Essa questão da democracia está terrivelmente afetada por isso.

Como é que se pode ajudar nesse processo de educação midiática, que enfrenta esse tipo de barreira que eu coloquei aqui?

Carla, que bom que você é da Bahia. Eu estive lá num Fórum Social Mundial que a mídia alternativa cobriu, mas a rede não propagava. Não saía nada. E eu queria dizer-lhe que vai ter um outro fórum lá. Ainda não está decidido, mas tem uma luta para ter um fórum daqui a dois anos, um fórum social mundial lá.

Eu acho que seria muito interessante se o instituto estivesse junto nessa construção, porque ele pode ser um espaço de construção dessa agenda.

Falo a mesma coisa para a Patrícia, porque, fora as escolas, a gente tem os movimentos sociais, as organizações sociais.

Cristiane, você falou de um mapeamento.

Eu vou terminar, mas eu e a Samira, a gente está fazendo nesse comitê da EBC um levantamento da rede de comunicação pública para ver o que acontece com tudo que é chamado de comunicação pública e, na verdade, uma é governamental, outra é privada. Ele está fazendo levantamento do que está ao redor.

Então, eu queria saber se esse mapeamento de que você fala de iniciativa é acessível para nós. Dá tempo de a gente incluir isso na apresentação que a gente vai fazer ainda este mês, hein, Samira, desse levantamento.

Obrigada, viu?

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Conselheira Rita. Ótimas perguntas.

Eu queria passar ao Conselheiro Caio e depois, finalmente, à Conselheira Samira, por favor.

O SR. CAIO LOURES - Bom dia. Primeiramente, parabenizo as excelentes exposições e eu gostaria de endereçar algumas perguntas ao Sr. David Almansa.

O Prof. Fernando disse que não basta orientar os indivíduos quanto às estruturas que favorecem a circulação de conteúdos enganosos com o ECA Digital em vigor e a ANPD como a autoridade. Como a estratégia se articula com a fiscalização das plataformas para que o ônus não recaia apenas sobre as famílias e as escolas?

Prof. Fernando, o senhor disse que não basta orientar os indivíduos quando determinadas estruturas favorecem a circulação de conteúdos enganosos. No artigo de 6 de novembro, no Correio Braziliense, o senhor se recusa a tratar a ludopatia como falha individual e defende a fiscalização da publicidade de apostas em transmissões esportivas, redes sociais e conteúdo de influenciadores. Que medida legislativa sobre essa publicidade o senhor considera prioritária?

Sra. Carla Aragão, a senhora apresentou 335 agências de notícias em escolas de 219 municípios, com *podcasts*, jornais escolares e documentários. Essa produção chega ao Irdeb (Instituto de Radiodifusão Educativa do estado)? E o que uma lei federal precisaria prever para que ela circule nas emissoras públicas e educativas do país e não só nas redes sociais?

Profa. Cristiane Parente, a senhora lembrou que boa parte da população não sabe que rádio e televisão são concessões públicas, nem que pode exigir qualidade dessas emissoras. O texto do PL 3.844, de 2025, aprovado na CCT, não trata da radiodifusão. Que dispositivo a senhora proporia para que a educação midiática ensine o que é concessão e quais direitos o público tem diante da programação?

Peço também que a senhora encaminhe ao Conselho os dez pontos que preparou, para que possam constar na ata.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Conselheiro Caio.

Eu queria passar... Os dez pontos eu já ia cobrar, tá?

Então, eu queria passar para a Samira de Castro, por favor.

A SRA. SAMIRA DE CASTRO - Bom dia.

Eu queria saudar, na verdade, o Conselho, na pessoa da nossa Presidente Patrícia, por esse tema tão interessante, e os nossos expositores, pelas contribuições, pelas explanações brilhantes que vocês fizeram. Mas eu queria saudar especialmente o Prof. Fernando Paulino, que é um grande parceiro na luta pela comunicação pública e na luta pela educação midiática e informacional, e a Cris Parente, que foi a pessoa que me incentivou a pensar nesse tema dentro de um sindicato de jornalistas lá no Estado do Ceará, em 2019, quando a gente tentou financiamento de um fundo norte-americano - lembra, Cris? - para tentar fazer uma iniciativa de educação midiática do sindicato com os professores da rede de educação do Estado do Ceará. A gente não conseguiu, mas a gente está aqui ainda pelejando. *(Risos.)*

Eu queria fazer, na verdade, duas perguntas para a mesa toda, ou para quem se sentir confortável para responder.

Todos vocês defendem a educação midiática como política pública para a proteção dos direitos humanos e da democracia, mas quais mecanismos de financiamento e governança e participação social são necessários para que ela não fique sujeita às mudanças de governo? Essa é uma das minhas questões a todos.

E a minha segunda questão é que nós estamos discutindo educação midiática em um cenário de profunda transformação do trabalho jornalístico, concentração das plataformas digitais, precarização profissional e avanço da desinformação. Como contribuir, ou construir, na verdade, uma política nacional que não ensine apenas as pessoas a consumir informação criticamente, mas que também valorize quem produz jornalismo, fortaleça a comunicação pública e reconheça a informação de qualidade como um bem essencial para a nossa democracia?

São essas duas questões que eu queria deixar para quem se sentir à vontade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Muito bom, Samira, obrigada. As questões são bem relevantes.

Queria passar a palavra para o Conselheiro Daniel Queiroz.

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - Bom dia a todos.

Queria também parabenizar os expositores pela qualidade do conteúdo; parabenizar a Patrícia - já foi falado aqui, mas é importante reforçar - pela grande referência que é no assunto e o quanto traz luz para ele; e falar um pouco do tamanho do desafio.

Fui anotando aqui um pouco de cada fala e eu vi aqui o desafio na dimensão de governo; o desafio na dimensão da governança, para não permitir que isso ganhe força ou perca força a depender dos governos; o desafio das escolas; o desafio das universidades e de todo o ambiente educacional; o desafio dos radialistas, que, por uma iniciativa particular, tomam a frente, mas é um desafio de todos os profissionais de comunicação; o desafio de convencer ou talvez obrigar ou determinar que as plataformas também ocupem o lugar que cabe a elas, afinal de contas, muito do que está acontecendo tem a ver com a forma das plataformas de funcionar.

E há o desafio das famílias, sobre o qual foi a primeira fala aqui do Conselheiro Carlos Magno. Hoje de manhã eu dei um depoimento à Patrícia do meu desafio como pai - até agora eu falei como Conselheiro, agora eu vou abrir aqui a fala como pai - de Luca, Théo e Caio - Luca, 16 anos, Théo, 14, e Caio, 9 -, e Luca e Théo completamente expostos ao debate político neste ano eleitoral. E, assim, é de impressionar como o mundo deles já está completamente polarizado e dominado pela desinformação. Então a gente já está formando novas gerações completamente doentes do ponto de vista da capacidade crítica de analisar, questionar e encontrar realmente o seu caminho e a sua forma de pensar, sem ser por vieses manipuladores.

E infelizmente, Conselheiro Carlos, por mais que as famílias tenham, sim, um papel muito importante, os próprios pais não estão preparados para ensinar seus filhos. Eu tenho uma vantagem grande de conviver nesse ambiente, de ser um empresário do ramo da comunicação, de entender o impacto sobre como funcionam os algoritmos e as plataformas, e eu tenho discernimento e a capacidade de educar os meus filhos com esse entendimento e esse domínio para que eles não sejam afetados por essa manipulação, mas infelizmente isso não é a realidade da população brasileira; isso é um espaço muito pequeno, muito curto, que não consegue transformar na medida do que deveria. Então, só resta a gente continuar nessa luta e transformar de fato esse tema numa política pública de continuidade, que ela transpasse qualquer governo, qualquer ideologia, qualquer partido que esteja no poder. Porque, se a gente não cuidar disso hoje, o problema vai ficar muito maior.

E eu estou falando da questão política porque ela foi muito exposta neste ano eleitoral, mas vale para tudo, vale para tudo. É impressionante como eles estão enviesados por qualquer tema. E o nível de atenção da gente como família é muito grande, mas, para as famílias terem condição de fazer isso, precisa-se que venha algo maior, acima disso tudo, e aí...

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - ... não cabe outra forma que não seja uma política pública prioritária para organizar essa demanda na sociedade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Muito obrigada, Daniel. Acho que essa questão do desafio das famílias é um desafio e tanto, que a gente precisa também endereçar. Obrigada pelas suas contribuições.

O SR. CARLOS MAGNO (*Fora do microfone*.) - Presidente, se me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Claro, por favor.

O SR. CARLOS MAGNO - Eu queria aproveitar as palavras do Daniel, e... Sobre esse desafio das famílias, como falei na minha fala inicial, a educação começa em casa, deve começar em casa. Eu queria propor, se for pertinente, se a Presidência achar pertinente e os demais colegas também, de a gente fazer um levantamento para ver como é que está essa realidade hoje. E, a partir desse levantamento, se for oportuno, a gente também poderia fazer uma audiência pública sobre a educação midiática com foco nas famílias, com foco em casa. Fazer o levantamento para saber como é que está essa realidade - eu posso até me propor a isso -, trazer esse levantamento na próxima audiência e, com base nesse levantamento, se nós identificarmos realmente a necessidade, a gente fazer um debate mais amplo aqui, com foco nas famílias.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Perfeito. Muito obrigada. Podemos discutir a forma de fazer isso na nossa reunião da parte da tarde. Obrigada, Conselheiro.

Encerradas as inscrições dos Conselheiros, temos aqui a presença do Professor Pesquisador Adilson Vaz Cabral Filho, que é Coordenador do Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência, que fez questão de estar aqui presencialmente para acompanhar esta audiência.

Então, eu queria convidá-lo também a participar, por cinco minutos, trazer suas considerações, antes de passar de volta a fala aqui para os nossos convidados.

Adilson, a palavra é com você.

O SR. ADILSON VAZ CABRAL FILHO - Está ótimo.

Muito obrigado, Patrícia, grato pelo convite.

Em primeiro lugar, saúdo as pessoas da mesa e também os Conselheiros.

Em primeiríssimo lugar, junto com as saudações, acompanhar as falas dessa mesa está sendo importante no sentido de um aprendizado. Eu estou tentando organizar a minha fala desde quando acertei com a Patrícia a minha vinda. E cada fala vai me adicionando certas coisas e eu já estou compreendendo que tenho quatro minutos para fazer essa fala. Então, lá vamos nós em velocidade cinco.

A minha apresentação foi relacionada ao Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência, que é o grupo de pesquisa que eu coordeno na Universidade Federal Fluminense e também junto ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, que eu coordenei também até o final de outubro. É um programa na área de comunicação, e, nessa interface da mídia com o cotidiano, o cotidiano demarca o modo de como a gente olha a mídia. E uma das coisas que a gente introduziu no programa logo de início, nos primeiros anos, foi uma política indutiva à participação de professores da educação básica de escolas públicas, vagas específicas para professores. Então, pessoas da rede pública, não só de Niterói, onde fica a Federal Fluminense, mas de vários municípios do Rio de Janeiro e até de fora do Rio e tal, se inscrevem a cada ano para participar do processo seletivo, que tem vagas específicas. Com isso, vários professores fazem parte desse rol de mestrandos e doutorandos, que são discentes e que a gente forma ao longo do tempo.

E o interessante é que, em função dessas participações, o que vem de um projeto, a gente acabou com um problema - que, na verdade, é uma solução, é uma coisa muito interessante com a qual a gente lida -: que a demanda de projetos de educação midiática vai levando a uma compreensão de "bom, como que a gente lida com isso em relação a ser, por exemplo, uma outra linha de pesquisa, a ser um programa específico, etc.". Então, a gente tem uma certa participação nesse mestrado profissional que está sendo criado, só que tem as questões Capes, porque, enfim, somos um programa, então vai gerar uma sobredemanda para a gente e tal, mas, de qualquer maneira, do ponto de vista do envolvimento nosso docente e discente e da derivação disso em relação a projetos, é bem interessante a gente compreender, do ponto de vista teórico, essa coisa da educação midiática como um conceito aglutinador, porque justamente... Por exemplo, a minha perspectiva, a partir do Emerge, da atuação em comunicação comunitária. Assim como o Prof. Paulino, a gente vem de uma tradição que lida com o fazer, que lida com o se apropriar e estabelecer uma comunicação a partir das comunidades, nos espaços que são colocados para a gente apresentar um conteúdo que dê conta dessa articulação. A educação midiática é um espaço derivado. A gente está falando muito aqui de famílias, dos espaços, dos territórios e tal, mas a compreensão da educação midiática como derivada da comunicação comunitária é muito importante.

(Soa a campainha.)

O SR. ADILSON VAZ CABRAL FILHO - Então, nesse minuto que me resta, nessa articulação da comunicação e da educação, por exemplo, do ponto de vista conceitual, a educação midiática é muito importante para abrandar esse tensionamento de alfabetização, letramento, etc. Ela vem como um conceito-chave muito bacana, mas a gente precisa garantir uma concretude em relação aos processos formativos. Então, o David falou de vários projetos que vêm já acontecendo, mas que eles precisam... Eu acho que alguém falou aqui, dos Conselheiros - a Samira falou -: "Como é que se garante como uma política de Estado?". E é justamente assim, esse PL precisa incorporar a ideia de que a formação de pessoal precisa atuar como uma estrutura também fundante do PL.

Além disso, do ponto de vista político, a gente precisa envolver a ANPEd, por exemplo, que é de pós-graduação e pesquisa na área de pedagogia, para justamente incidir na formação ampla - não só no âmbito da graduação em pedagogia, mas também na pós - e também se relacionar com a área tecnológica, trazendo aí o retorno e a importância da comunicação.

A gente é do Rio de Janeiro e no Rio de Janeiro a gente tem um problema. Por exemplo, a universalização da internet nas escolas é o impedimento do trabalho cotidiano dos profissionais relacionados às operadoras de telefonia e é uma coisa clássica que envolve também a associação corporativa do setor. Então, existem questões - por mais boa vontade que a gente tenha em relação à construção política disso e à compreensão de que isso afeta famílias - concretas que afetam o

nosso cotidiano, inviabilizam essa prática e constroem essa necessidade aí de uma interdisciplinaridade bem-vinda, que o Conselho está abrigando, mas a gente precisa também incorporar outros atores.

Então, obrigado aí pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Adilson. Obrigada pela presença. Ótimas ponderações.

E encerradas as falas, eu passo à leitura das manifestações dos cidadãos enviadas pelo Portal e-Cidadania e do Alô Senado.

A gente tem tido, Paulino, David, Carla e Cristiane, uma boa participação do público que acompanha as audiências de forma remota pelo portal da Câmara e do Senado. Então, eu gosto sempre de trazer aqui as perguntas, contribuições e comentários que eles mandam.

Então, eu vou fazer uma leitura geral aqui, aí depois passo a palavra para vocês.

A Rafaela, do Distrito Federal, pergunta: "Como a escola pode desenvolver o pensamento crítico dos estudantes diante da crescente onda de desinformação e *fake new*s nas redes sociais?". Eu acho que tem muito do que a Carla trouxe aqui.

A Karleanny, do Maranhão, pergunta: "Como levar a educação midiática e a proteção contra golpes digitais [...] [aos] idosos e [às pessoas] [...] [desconectadas]?". Acho que tem um programa grande sendo feito de combate a golpes digitais, envolvendo esse público mais vulnerável.

A Patrícia, de São Paulo - não sou eu -: "O incentivo para incluir fontes de pesquisas nos veículos de informação poderia ser uma forma de combater notícias falsas?".

O Marcos, do Rio de Janeiro: "Como falar em letramento digital e educação midiática sem abordar a questão da soberania digital do Brasil e a regulamentação das redes?".

O Lucas, do Amazonas: "Como preparar alunos para identificar *deepfakes* e notícias criadas por IA, se até as ferramentas de detecção podem falhar?".

Acho que tem aqui um ponto bem relevante sobre a questão de repertório e de contexto.

O Márcio, de Sergipe: "Como lidar com educação midiática no âmbito familiar? [Acho que o Daniel trouxe muito essa preocupação.] Há um risco de se disseminar *fake news* dentro dos próprios lares? [Olhe, Daniel, bem o que você trouxe aqui.] Como combater?".

O Josué, do Mato Grosso: "Como garantir que campanhas de educação midiática ensinem a pensar, e não digam ao cidadão no que ele deve acreditar?".

Acho que esse, Paulino, é um ponto fundamental, que é justamente quando a gente fala sobre a educação midiática como fator para desenvolvimento do pensamento crítico e não para impor a opinião. É a construção da autonomia do indivíduo.

O Bruno, de Minas Gerais: "A regulamentação de redes sociais tem um papel fundamental para combater notícias falsas. Quais barreiras para essa legislação específica?".

E alguns comentários:

Aqui do Diogo, de Minas Gerais: "As escolas precisam acompanhar a evolução tecnológica e preparar os alunos para os desafios do ambiente digital".

Da Mariana, de Pernambuco: "Precisamos proteger nossos idosos e nossas crianças! As *fake news* são um grande mal".

Da Ana, do Amazonas: "A educação midiática e o letramento digital são essenciais para combater a desinformação e promover o uso seguro e responsável da internet".

E a Izaura, do Mato Grosso: "A internet devia bloquear imediatamente ou antes de liberar analisar uma notícia e mentirosa para diminuir crimes ou problemas graves".

Bom, dito aqui, agradeço a todos que participaram, que mandaram perguntas e comentários. Acho que esta audiência pública é muito rica. Temos aqui... A gente poderia ficar por horas, mas, como temos o limite do tempo, eu queria então passar agora para que os nossos participantes e expositores possam responder às perguntas dos Conselheiros e essas perguntas que vieram de forma remota, por até cinco minutos.

Considerando que temos ainda um vídeo maravilhoso - vou dar um *spoiler*, é um vídeo maravilhoso que a gente vai passar para encerrar esta audiência -, as dez contribuições da Cris e outras tantas coisas que a gente precisa fazer, vou começar daqui para cá.

Paulino, por favor, por até cinco minutos.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - Está bem. Vou tentar controlar o tempo, agradecendo as contribuições dos Conselheiros e Conselheiras, mas também das pessoas que nos acompanham.

Vou ver se a minha taquigrafia aqui está em dia. Então, a Ana, do Amazonas, a Rafaela, do DF, e o Josué falaram de questões que me conectam à responsabilidade das escolas. Acho que é essencial essa aproximação, toda essa reflexão que a gente fez sobre como formar, como estabelecer aproximações, mas eu também queria agregar, nessas preocupações, a necessidade de a gente não sobrecarregar os professores e as professoras. Acho que é também essencial que a gente consiga encontrar um meio-termo e até oferecer todo esse trabalho no momento de trabalho, porque eu acho que, ao longo dos anos, muitas formações foram oferecidas fora do período de trabalho e isso criou algumas resistências. Então, eu acho que é essencial que a escola seja considerada nas suas possibilidades e seus profissionais também tenham seus direitos e possibilidades respeitadas.

A Izaura, do Mato Grosso, e Bruno, de Minas Gerais, falavam da importância de regulamentar mídias sociais, e Isaura foi até mais intensa, de bloquear imediatamente. É algo difícil de acontecer tecnologicamente e poderia ser um risco até à liberdade de expressão esse bloqueio imediato, mas de qualquer forma, sim, acho que é essencial fazer uma reflexão ainda mais intensa sobre a regulação das mídias sociais, das plataformas. O projeto, o PL 1.010, não alcança completamente todas essas reflexões e questões. Acho que até poderia depois, Patrícia, haver uma audiência aqui que tratasse mais especificamente dessa temática.

O Diogo, de Minas Gerais, a Mariana, que eu não consegui digitar de onde é - se você puder me ajudar, Patrícia -, e Karleanny, do Maranhão, falam dos golpes digitais e preocupações relacionadas a idosos e públicos vulneráveis. Acho que aqui também tem uma chave muito...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco. *Fora do microfone*.) - Mariana, de Pernambuco.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - Mariana, de Pernambuco, pronto.

Então, aqui tem uma chave muito importante acho que para o Conselho e para todas as reflexões e ações que têm sido desenvolvidas, que é verificar como alcançar públicos vulneráveis, sobretudo idosos. A gente tem conversado - né, Patrícia? - sobre até a possibilidade de formar e estabelecer pontes com cuidadores e cuidadoras, que são a maioria, ou que envolvem aí enfermeiras, nutricionistas, fisioterapeutas e profissionais afins. Então, acho que é realmente essencial que a gente também não deixe de pensar em como alcançar esses públicos a partir de processos de diálogo e formação.

Patrícia, de São Paulo, e o Marcos, falavam, enfim, de como lidar com a internet, com fontes de pesquisas e incentivar ações que também se conectem à soberania digital, acho que é essencial essa reflexão em relação não apenas à regulação, mas também a práticas, porque isso também diz respeito ao trabalho que as empresas e os profissionais têm desenvolvido.

Lucas, do Estado do Amazonas, falava aqui da inteligência artificial e da detecção, acho que, de conteúdos falsos, Lucas, mas eu acho que também é importante entender a inteligência artificial como uma ferramenta que também oferece algumas possibilidades importantes associadas à democratização da comunicação também. Por isso que eu fiz essa conexão com a soberania digital, a circulação de conteúdos culturais brasileiros, porque muitas dos serviços de inteligência artificial são estrangeiros ao Brasil e acabam favorecendo e priorizando fontes de outros países.

Bom, agora eu tenho um minuto e meio para falar das conexões e reflexões que os Conselheiros trouxeram.

Começo aqui pelo Fernando Cabral. Obrigado pela presença, Fernando. E, sim, acho que é essencial levar em conta o trabalho que radialistas dentro e fora do Brasil desenvolvem. A Fitert é uma parceira essencial nessas ações, seja oferecendo formação, mas também incluindo atividades de educação midiática a partir das emissoras de rádio, que têm uma experiência longa de ações nesse sentido.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - O que também me permite aqui, Carla, estimular uma reflexão que também inclua os veículos públicos de comunicação estaduais, então, no caso da Bahia, o Irdeb tem sido uma referência para todos nós. O trabalho que o Flávio Gonçalves tem feito lá acho que é importante para a ação a que Carla fez menção aqui, e também serve de referência para outras atividades dentro e fora do Brasil.

Conselheira Débora Duboc, obrigado pelas contribuições. Acho que aqui tem uma conexão importante do que você falava com algumas ações e reflexões associadas ao racismo algorítmico também. Então, às vezes, infelizmente, a internet acaba, por meio do algoritmo, também fazendo alguns filtros que precisam ser levados em consideração, o que nos promove e permite - o David talvez possa falar alguma coisa nesse sentido - estimular ações não apenas de regulação, mas de corregulação, estabelecendo com que o princípio do dever do cuidado também alcance as plataformas.

Rita, obrigado pelas palavras, querida. É sempre uma alegria estar perto de você, tridimensionalmente ou digitalmente, muitas vezes - né, Rita? -, nas mobilizações que realizamos.

Eu acho que é essencial, sim, fazer esse trabalho de uma espécie de *making of* contínuo do que é o processo de produção, distribuição e acesso a conteúdos de comunicação - uma metacomunicação da comunicação, falando sobre ela mesma -, até porque, como você bem sabe, a cabeça pensa e o coração sente onde os pés pisam, né?

Então, acho que esse trabalho deve ser contínuo e se conecta - desculpa, Patrícia, vou precisar de alguns segundinhos a mais - com o relatório da Comissão MacBride...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Dois minutos.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - Obrigado.

... a que Samira fez menção e que traz lá no seu apêndice um texto do Gabriel García Marquez e do Juan Somavia que vai justamente, resumidamente, trazer o seguinte: que a comunicação - isso de 1978 até 1980 - não era só uma questão de notícias, era um fator determinante para todos os processos sociais e um componente fundamental na organização das sociedades. Então, acho que essa perspectiva também pode ser trazida, importada aqui para as reflexões sobre a educação midiática.

O relatório ainda fala, em várias partes dele, segundo Gabriel García Marquez e Juan Somavia, nossos representantes latino-americanos naquele momento, que havia uma tendência a glorificar soluções tecnológicas, e eles quiseram, nesse apêndice que está publicado no relatório, sublinhar que a promessa tecnológica não é neutra nem livre de valores. Então, acho que é essencial e permanente - Carla também falou disso - saber que a tecnologia se atualiza e a gente precisa trazer reflexões que façam com que as pessoas saibam como elas se desenvolvem, para também ter a melhor atitude frente a elas, também utilizando-se das suas possibilidades.

Caio, obrigado pelas contribuições...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO OLIVEIRA PAULINO - ... pela leitura atenta não só do que foi falado aqui, mas também do artigo a que você fez menção. Obrigado pela leitura.

Sobre a fiscalização das plataformas: acho que já falei um pouquinho dessa necessidade de corregulação e ações de regulação que também levem em conta que a responsabilidade não é só das famílias e dos indivíduos, também é uma questão social, pública.

Esse artigo a que você fez menção, que o *Correio Braziliense* generosamente publicou na sexta-feira, falava da importância, sim, de regular não apenas as *bets* em si, mas as publicidades delas, porque, se for mantida a proibição das *bets*, então a publicidade também deve ser proibida. Agora, o que tem acontecido - não sei se vocês também passam por isso - é que as *bets* internacionais estão presentes em vários *sites* dedicados e voltados ao público brasileiro com o uso de artistas e personalidades públicas brasileiras.

Então, acho que, se cair a proibição das *bets*, é essencial que essa reflexão ganhe mais visibilidade e, no mínimo, que essa publicidade, se for o caso de a decisão do Governo não prevalecer, tenha restrições.

Samira, sim, é essencial que a política... A sua pergunta trazia já em si a resposta: que a política pública deve superar as mudanças de Governo, e a gente deve conseguir fazer com que tudo isso que a gente desenvolveu aqui, ao longo desta manhã, ganhe ainda mais continuidade.

Para terminar - juro; ufa, ufa! -, Carlos Magno e Daniel Queiroz falaram da responsabilidade e das possibilidades de envolvimento familiar. Também sou pai, sei das dificuldades que temos, dos desafios que temos para fazer esse equilíbrio entre proteção e direito à comunicação, porque eu vejo na minha filha como ela usa o aparelho celular como um instrumento de criatividade, de atuação artística.

Então, acho que é essencial ter esse equilíbrio envolvendo profissionais e reflexões que entendam que, ao fim e ao cabo, a educação midiática também pode ter como referência outros processos educacionais - a exemplo da educação alimentar e da educação financeira, que acho que, nos últimos anos, conseguiram essa capilaridade e conseguiram também alcançar as famílias -, fazendo das escolas ambientes que sejam interessantes e estimulantes para essa reflexão. Reuniões de pais e mestres, minicursos, e mesmo as universidades, que ainda têm barreiras físicas e psicológicas, acho que podem ser - todas essas instituições - mais atrativas para que a gente consiga essa mobilização e esse alcance com um outro tipo de relacionamento com as tecnologias de informação e comunicação.

E, nesse sentido, não só por mim, mas pela Universidade de Brasília e pelo conjunto de universidades que nós temos, com pessoas dedicadas a este tema, Patrícia, a gente segue à disposição de vocês do Conselho para outras audiências, pesquisas e eventos relacionados a essa matéria.

Ufa! Obrigado, gente. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Paulino. Suas notas taquigráficas estão perfeitas: falou tudo, abordou tudo.

Eu queria passar a palavra para a Cris Parente.

Por favor, Cris. A palavra é com você.

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - Bom, eu queria dizer que eu sou nordestina também! *(Risos.)* Estou representando o Ceará e a UFC - que para mim nunca representará MMA, será UFC (Universidade Federal do Ceará). Não é, Samira? Acho que Samira concorda comigo. Quanto a esse negócio de UFC e MMA, eu falei: "Estou fora". Não, UFC para nós tem outro significado.

E aí, falando nessa questão do Nordeste, eu me lembrei de algumas experiências que valem a pena também serem olhadas lá.

Por exemplo, se você fala UFC, você tem o Labgrim, que é um laboratório de estudos sobre a relação infância e mídia, que tem pessoas incríveis, como Profa. Inês, Profa. Andrea, Brenda, Georgia e várias pesquisadoras dessa área, que têm desenvolvido um trabalho exemplar e que têm desenvolvido também um trabalho com educomunicação.

Lembrando-me também do Ceará e das rádios, a gente teve, há muitos anos, a ONG Catavento, que trabalhava com rádios espalhadas no Ceará e programas relacionados justamente à educação digital e midiática, mas, na época, educomunicação também era o que se falava muito, direitos humanos...

Não sei se vocês sabem, mas o Selo Unicef Município Aprovado foi criado por uma cearense que é a Ana Márcia Diógenes, que também foi Diretora de Redação do jornal *O Povo*.

O Comunicação e Cultura do Ceará foi o maior projeto de jornal escolar que o país já teve, extrapolou o Nordeste e chegou até a Região Norte, com Daniel Raviolo.

Na Fundação Homem Kariri, a gente tem crianças e adolescentes que têm gerenciado seus veículos de comunicação, gibiteca, rádio... E não é só uma rádio ali que pega Crato, Juazeiro, Barbalha, ela chega a mais lugares. Essa fundação é em Nova Olinda.

E aí pensei nessa rádio, quando você falou em rádio, justamente porque eu trabalhei em redação de jornal, eu tenho formação em comunicação e educação... E, em redação de jornal, eu me lembro de uma vez - Patrícia talvez vá lembrar - em que os jornais todos se mobilizaram numa campanha específica. Olhem que todos os jornais, inclusive concorrentes, se mobilizarem em torno de uma campanha e colocarem uma sobrecapa igual no Brasil inteiro é muito difícil! E, aí pensando no papel importantíssimo que as rádios têm, por que não, por exemplo, a gente pensar - e aí talvez com a ajuda das universidades, das próprias escolas - em dropezinhos sobre este tema? A gente poderia gravar esses pequenos dropes e espalhar para as rádios, para que as rádios pudessem colocar ao longo da sua programação, seja como um calhau, seja como um horário específico, para falar sobre estes temas todos que a gente tem discutido aqui: os golpes digitais, a questão do pensamento crítico, enfim... São temas que as universidades e as escolas trabalham, além das ONGs. Então, pode ser feita uma parceria ou algo nesse sentido, inclusive com a própria EBC - aí depois o David pode falar mais sobre isso.

Sobre os cursos - o Carlos Magno perguntou também sobre a questão dos cursos do Avamec -, eles são abertos, na verdade, a todas as pessoas, você não precisa ser educador. E, em breve - eu não vou falar muito, porque eu não tenho autorização para dar esse *spoiler* muito grande -, a Unesco, o MEC com parceria também... Enfim, a Secom também participou.

E eu não vou falar muito, porque eu não tenho autorização para dar um *spoiler* muito grande, mas, em breve, com parceria da Unesco, do MEC, com a Secom que também participou, o Avamec deve ter o primeiro curso voltado para crianças/ adolescentes - o que não é muito difícil, porque o Avamec é autoinstrucional - para os anos finais do ensino fundamental em educação digital e midiática, que é um curso muito bacana, muito diferente de todos os outros cursos do Avamec, porque ele tem uma coisa meio gameficada. Então, é algo sensacional, e eu tenho certeza de que educadores e famílias também vão querer participar, vão entrar para poder ver o que o pessoal está falando.

Eu não vou avançar muito, porque eu acho que o Paulino até já falou, mas eu coloco também com o Daniel esse desafio da dimensão.

Quando a Samira falou desse mecanismo de financiamento e participação, acho que uma coisa que é muito importante a gente pensar é essa participação e essa escuta dos jovens, dos adolescentes e das crianças também.

(Soa a campainha.)

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - Eu lembro que, em 2004, eu participei da Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes, o maior evento que discute qualidade de mídia, e as crianças e os adolescentes participavam num local separado e, em determinado momento, eles se juntaram, foram até a plenária principal e falaram:

"Por que vocês estão discutindo o que é mídia de qualidade para crianças e adolescentes, se a gente está aqui?". A gente não tem que ficar fazendo nada em separado - mídia de qualidade para crianças e adolescentes - e leram uma carta.

Então, a gente precisa entender também essas escutas e esses papéis de Conselheiros que também podem ser dados a crianças e adolescentes nas escolas, as próprias famílias também podem criar conselhos. A gente pode convidar Conselheiros e ter a escola como um ponto de referência - ou os tais pontos de cultura e educação digital e midiática espalhados pelo país, que podem ser feitos a partir desse mapeamento de educação digital e midiática que a gente tem e que traz para a gente um olhar muito bonito sobre o que a gente tem no país.

E, encerrando - acabou aqui, mas em 30 segundos -, quero dizer que, por exemplo, a educomunicação, que é um conceito, um paradigma muito latino-americano, que é meio que um guarda-chuva, porque, dentro da educomunicação, você tem a educação digital e midiática, você tem a comunicação horizontal entre as pessoas, você tem a arte como forma de expressão, enfim...

A primeira ação ou iniciativa que a educomunicação teve, que foi o Educom.rádio, foi justamente para entrar nas escolas para trabalhar violência nas escolas em São Paulo. Então, foi feito esse Programa Educom.rádio. Hoje a educomunicação... Inclusive, neste mês ou no mês passado, foi lançado o currículo de educomunicação da cidade de São Paulo, trabalhando educação digital e midiática, agências de notícias, Imprensa Mirim. No Rio de Janeiro, a gente tem a MultiRio também, que, há muitos anos, também vem trabalhando com isso. Então, nós temos experiências incríveis no Brasil e podemos nos juntar a essas experiências.

E aí eu concordo muito com o Adilson, quando ele fala da questão da educação: aproximar mais o pessoal da educação, da ANPEd, das escolas, enfim, para isso, para não ser algo que seja sempre de cima para baixo, mas uma construção coletiva e fruto de muita escuta, porque a gente não pode discutir educação digital e midiática sem discutir os afetos e as crenças que passam por tudo isso. Aquilo que nos afeta e nos comove nos faz sair do lugar. Então, a gente precisa afetar as pessoas no bom sentido, sem impor nada, mas escutá-las, aprender com elas e depois fazer uma educação digital e midiática territorial, que tem a ver com aquele espaço onde elas vivem. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Cris. Muito bom.

Já passando a palavra para o David, mas um pouquinho antes: além de São Paulo, amanhã haverá o lançamento, no Rio de Janeiro, das diretrizes de educação midiática na cidade do Rio de Janeiro. Então, é mais um município lançando diretrizes para a incorporação dessa temática.

David, por favor.

O SR. DAVID ALMANSA BERNARDO - Primeiro, quero dizer que é uma honra estar aqui com um público tão qualificado, e poder ouvir também os questionamentos e contribuições de vocês nos ajuda a pensar bastante sobre a nossa dinâmica.

Vou tentar responder aqui às perguntas.

Como dar, então, às famílias acesso à educação midiática com facilidade? Essa é uma das grandes preocupações que a gente tem, que vai dialogar com essa pergunta do Conselheiro Carlos Magno, que vai dialogar com a questão levantada pela Samira de Castro, a Conselheira, sobre mecanismos de financiamento.

Quando a gente produziu o Guia de Telas, a primeira coisa que a gente olhou foi o seguinte: é um documento de 186 páginas; a gente sabe que não vai ser lido pela população em sua maioria. Neste exato momento, a gente está trabalhando, em parceria com a EBC e a TV Brasil, para a produção de uma minissérie de dez pequenos vídeos curtos voltados à família e a crianças e adolescentes, na perspectiva de passar essa programação durante a programação infantil. A TV Brasil, inclusive, aumenta muito sua audiência, porque hoje é um dos poucos canais, talvez o único, que tem programação infantil durante as manhãs. A ideia é falar diretamente com esses públicos.

A gente está nesse processo de formação, mas eu preciso dizer para vocês que foi uma luta para conseguir esse pequeno recurso. Então, acho que a gente precisa fazer um debate, obviamente, sobre financiamento.

O que eu vejo de perspectiva positiva de futuro? O próprio processo eleitoral demonstrou, de uma vez por todas, para o Presidente Lula, a importância de trazer esse tema para a agenda do hoje para o Brasil, o quanto isso é uma agenda de Estado. Debate-se, a gente está vendo na imprensa - enfim, ainda tem todo o processo de transição para o novo Governo -, uma nova estrutura para o ambiente digital e midiático. A gente não sabe se vai ser um ministério, se vai ser uma secretaria com uma autonomia orçamentária; a gente ainda não tem esse desenho, mas o que a gente tem claro nas manifestações que o Presidente tem feito é que isso estará no centro do Governo.

E aí a gente tem feito muita articulação. Então, desde as articulações que a gente faz com o Ministério da Educação, que é gigante, até, por exemplo, com a Anatel, que debate várias possibilidades e iniciativas que podem ser, inclusive,

financiadas através de multas que, às vezes, são aplicadas às operadoras, e tem ali um ambiente, na Anatel, de transformar esse recurso das multas em políticas educacionais facilitadas. Então, cartilhas, vídeos - está todo mundo no celular -, talvez pequenos *podcasts*, facilitar da melhor forma possível. A gente precisa fazer isto: precisa sair do debate academicista e fazer uma linguagem facilitada para as famílias.

Uma das coisas que a gente fez, inclusive, nessas caravanas que a gente fez em sete estados, foi dialogar com lideranças religiosas. Essa foi uma prioridade que eu coloquei na nossa agenda. Então, quando a gente vai a um estado, como a gente foi a Alagoas, a gente se reuniu com as igrejas evangélicas, porque elas lidam com famílias, elas lidam com crianças e adolescentes. Essa problemática do uso excessivo de telas está presente lá. A gente fez isso com as pastorais da Igreja Católica, reunimo-nos com os arcebispos. A gente tem uma parceria com a CNBB, e vamos incidir na Campanha da Fraternidade do ano que vem, que é voltada a crianças e adolescentes e vai ter um recorte para o digital. A nossa ideia é fazer oficinas com as dioceses, com as paróquias, com as catequeses, assim como a gente fez também com os terreiros de matriz africana, ouvindo a realidade daquelas comunidades.

Sobre se essa articulação dá conta do tamanho do desafio que a Conselheira Rita Freire trouxe, eu acho que nunca vai dar. A gente sempre tem que dizer que não dá para sempre estar produzindo mais iniciativas, né? Lembrando que o Brasil é imenso, tem muitas particularidades e diferenças, e a gente precisa se desafiar a fazer muito mais. Então, tem muitos estados com exemplos excelentes, tanto a Bahia como o Rio de Janeiro, que têm também agência de notícias, tem os GETs - a gente vai inaugurar amanhã o GET Audiovisual, que é o Ginásio Educacional Tecnológico. No Rio Grande do Sul, a gente conheceu experiências de professores que trabalham temáticas sociais, fazendo produção de filme com os alunos.

(Soa a campainha.)

O SR. DAVID ALMANSA BERNARDO - Alagoas tem isso também e vários outros lugares.

Como trabalhar, perguntou aqui o Conselheiro Caio, o tema da fiscalização junto à ANPD, para não pesar essa responsabilidade só nas famílias?

Toda iniciativa, especialmente no ECA Digital, que a gente tocou como Governo, foi com este centro: essa responsabilidade não pode ser das famílias, porque essas empresas criaram esses mecanismos com muito estudo, com muito dinheiro, com muito investimento para sugar a atenção, aquilo que a gente fala da economia da atenção. Então, não é justo dizer que o pai, a mãe, o responsável tem agora a responsabilidade de fazer essa educação.

Então, o ECA Digital prevê que as plataformas tenham que trabalhar a educação digital e midiática, e a gente agora está tendo uma estruturação da ANPD, desde o concurso público, que deve acontecer para a contratação de profissionais, à transformação dela de autoridade para agência. E a gente está agora no processo de implementação. Qual é o desafio que a gente tem? Implementar o ECA, fazer com que tudo aquilo que foi colocado lá, de fato, aconteça. Esse é o processo deste ano. A gente sabe que as empresas também têm um tempo ali para se adequar.

Eu acho que é basicamente isso.

E eu diria também que a gente, a sociedade civil, vocês, a gente precisa reivindicar um espaço de Estado com orçamento, com financiamento e estabelecer essa parceria com os governos locais, que são os responsáveis pela educação básica, para que, de fato, seja uma política permanente e que não acabe com trocas de Governo.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, David.

O Daniel queria fazer uma parte? Por favor, Daniel.

O SR. DANIEL JOSÉ QUEIROZ FERREIRA - Rapidinho, quebrando o protocolo aqui, mas acho que a Cristiane trouxe um ponto muito interessante quando ela relatou o fato do incômodo das crianças e dos adolescentes de não terem participado do debate e estando lá para isso.

De novo, trazendo a referência de dentro de casa, meu filho Luca, que tem 16 anos, há três anos ele questiona o modelo escolar. Ele questiona a forma como o tempo dele é dedicado a determinadas coisas que ele já tem clareza que não é ou não fará parte do futuro dele. Logicamente, ele questiona isso ao modo dele, e a motivação de ele questionar vem também da dificuldade que ele tem com matérias, determinadas matérias, mas a gente sabe o quão a escola dedica tempo à profundidade de um aprendizado para as crianças e para os adolescentes que nós, como adultos, sabemos que muito daquilo ali não será utilizado.

Aí, hoje, se gasta tempo com coisas que não são relevantes para o futuro deles e não se dedica tempo com coisas como educação midiática e outras tantas do ponto de vista cívico, que deveria, porque eles estão lá, e está sendo mal aproveitado

o tempo. Além de mal aproveitado, está desmotivando muitas crianças e adolescentes no ambiente escolar por falta de uma escuta.

Ele me vê vindo a Brasília e fala "papai, não consegue fazer com que o Ministro da Educação me ouça sobre o que seria um modelo escolar ideal?". Eu disse: rapaz, vamos tentar.

Esse pessoal precisa ser ouvido. No final das contas, são eles que estão ali vivendo e convivendo com essa dinâmica que não cabe mais.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, Daniel.

O SR. DAVID ALMANSA BERNARDO - Eu tinha pedido dez segundos só para aceitar a provocação do Daniel, que é uma que a Carla fez também, de que a gente tem que ter os jovens na Semana Brasileira de Educação Midiática.

O Presidente tem falado sobre universalizar o ensino integral. Eu acho que a gente precisa disputar que tipo de ensino integral. Talvez, nesse ensino da escola de tempo integral, a gente ter uma parte boa dedicada ao tema da educação digital e midiática. Eu acho que isso pode ser uma disputa para o próximo período.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Obrigada, David.

Cris, depois Carlos, depois Carla. Olha só, estamos aqui. Pinga-fogo.

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - É rápido. Primeiro, para falar que o guia de telas, por exemplo, do Governo, teve uma escuta de crianças e adolescentes. Inclusive, dentro do guia de telas tem uma parte lá que são dicas de crianças e adolescentes sobre esse tema.

Esse curso de que eu falei aqui em breve, vai ser lançado para o Avamec, foi feito em cocriação com adolescentes, eles dizendo o que eles estão usando, o que eles estão fazendo, como é que é isso. Tudo com eles. E a gente vai fazer um piloto desse curso com eles também, aqui, numa escola no Distrito Federal, para que eles vejam se realmente o curso ficou mais ou menos do jeito que eles achavam que era interessante. Então eu acho que é algo que nos mobiliza.

E, em relação à educação digital e midiática, eu acho que é importante a gente lembrar... Eu acho que, talvez, pelo nome, confunda, mas a educação digital e midiática tem a ver com representação e representatividade, com quem são as pessoas que a gente vê, tem a ver com racismo, tem a ver com discursos de ódio, tem a ver com essa sociedade que a gente quer hoje.

Então, de certa forma, eu sempre falo, a educação digital e midiática tem a ver com a ética do viver. Não é algo que tem a ver só com tecnologias; ela tem realmente a ver com o que a gente tem visto e com o básico do básico, que é interpretar esta realidade que a gente vive. Então, tem muito a ver com a vida de todos nós. Não é algo que é...

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Separado, né?

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - As organizações deveriam ter educação digital e midiática nas suas empresas.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Não é descolado, né?

A SRA. CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO - É muito mais amplo.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Carlos, por favor.

E, depois, a Carla, hein?

O SR. CARLOS MAGNO - É bem rápido, até porque eu tenho consciência do adiantar da hora, mas, só porque o Daniel começou a falar, eu disse: "Não, ele está falando é do meu filho; não é do dele". *(Risos.)*

Porque o Kaiky, meu filho, coloca as mesmas preocupações do filho do Daniel, de como ele percebe na universidade. Ele é estudante de Ciência da Computação na UFCG (Universidade Federal de Campina Grande). Aliás, Campina Grande ontem estava no Enem - teve uma questão sobre a Feira Central de Campina Grande.

Então ele questiona alguns modelos, alguns conteúdos, algumas formas que a universidade utiliza para que a educação chegue até ele, e ele diz: "Olha, isso aqui não vai servir para mim no futuro. Eu, como profissional, no futuro, vou precisar disso para quê, pai?". E eu digo: vamos ter calma, porque, como o próprio Daniel disse, sabe-se o quanto as escolas trabalham, discutem, fazem reuniões e elaboram seus conteúdos - não é uma coisa a toque de caixa, claro, né?

Eu estou participando agora, Patrícia, de um grupo que está formando e vai implantar na Diocese de Campina Grande a missa inclusiva, e existe um lema que tem tudo a ver com isto aqui, que é: "Nada para nós sem nós". Então, colocando isso para os estudantes, nada para os estudantes sem os estudantes. Então eles deveriam realmente participar destes debates também, na elaboração do que eles vão assimilar nas escolas e nas universidades.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Perfeito, obrigada.

Carla, por favor, a palavra é sua.

Antes de passar, só queria lembrar uma iniciativa que tem aqui, no Senado Federal, que é o Jovem Senador. Eles fazem um chamamento de jovens de todos os estados da Federação, e eles encerram com uma semana de vivência aqui, de entendimento mesmo do processo legislativo, da construção de leis. E é muito, muito, muito rico o resultado disso. Vale a pena. É uma iniciativa fantástica. Jovem Senador - conheçam.

A SRA. CARLA AZEVEDO DE ARAGÃO - Nossa, são muitas perguntas, mas eu acho que os colegas já contemplaram várias delas. Vou só fazer algumas pequenas pontuações.

No que trouxe o Conselheiro Carlos sobre essa questão da família, eu acrescentaria apenas que, talvez, também pela escola, ao formar os estudantes, a gente provoque com atividades que repercutam dentro de casa. A gente usou essa estratégia algumas vezes. Então eles aprendem algo que eles precisam reproduzir e discutir com seus pais - e a gente percebeu isso.

Nessa pesquisa a que a gente vai ter acesso em breve, tinha uma dimensão que envolvia a família. Então a gente está muito curioso para saber como é que aquilo aconteceu. Isso para falar apenas do que pode acontecer dentro do ambiente escolar; e a gente já tem um consenso muito claro de que não é o único espaço.

Acho que foi o Conselheiro Fernando... Meu pai é sergipano. Então, tem Sergipe aqui dentro dessas veias também, querido. Muito obrigada pelos seus comentários. E fico muito feliz com a coisa do curso, e relembro essa experiência da Aler, que é a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica. Eles têm um histórico... Já fiquei, assim, até com vontade, de repente, de colocar vocês em contato com eles, porque eles têm um histórico de experiências muito grandes nessa área. Na época, eu conheci o Presidente e outros membros de diversas... E eles não só fazem autoinstrucional, *online*, presencial. De repente, pensar... Se o senhor tiver interesse, vai ser um prazer poder contribuir com essa articulação.

A Conselheira Débora trouxe essa questão da mostra de cinema, racismo. Uma estratégia muito interessante é aliar a arte, como Cristiane trouxe aqui agora, para esses trabalhos que a gente faz com tecnologia e mídia em escola. Eles produzem audiovisuais em diversas linguagens, e isso atrai muito eles, tanto que o vídeo que a gente vai apresentar daqui a pouco, que foi feito...

Vou até trazer o crédito, porque lá na semana eu esqueci de trazer, que é do Colégio Estadual de Tempo Integral Abelardo Moreira, da agência Fala, Abelardão, e foi feito pelos estudantes Aline Sena Reis e Antônio Fernandes Almeida.

A gente fez um desafio em que os estudantes, para acessarem o passaporte para participarem do encontro estudantil, que é considerado o maior encontro estudantil do Brasil... A gente reúne na Fonte Nova, durante três dias, mostras científicas e todos os outros projetos da rede. São cerca de 5 mil a 7 mil alunos nesses encontros, é bem grande, e eles ficam loucos para - de todas as cidades - participar.

Então, para viabilizar a participação das agências - que eram muitas, e a gente só tinha poucas vagas -, a gente realizou um desafio em que eles tinham que fazer um vídeo de até três minutos para discutir democracia, comunicação e cidadania e jornalismo. Acho que era jornalismo, democracia, enfim, e educação. E saíram pérolas!

Foram mais de 200 vídeos produzidos, eles ficam... O tempo era curtíssimo, e a gente teve que selecionar 100, porque, de cada vídeo produzido, dois estudantes que participaram na produção teriam acesso a participar - o passaporte estudantil para poder participar - do encontro estudantil em Salvador. E aí vocês vão ver um desses vídeos.

Então, gamificar, que foi também aqui o que Cris trouxe dessa formação que o Avamec vai trazer, e usar as artes, conciliadas com essas produções audiovisuais ou radiofônicas ou o que seja, tem um efeito muito positivo, e eles geralmente escolhem temáticas sociais, porque afeta a eles diretamente. *Bullying*, racismo, LGBTQIAPN+fobia, enfim, todas essas violências que afetam diretamente esses estudantes acabam sendo temas que geram muito engajamento para eles.

Deixe-me ver um último pontinho.

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA AZEVEDO DE ARAGÃO - Opa!

Uma última que eu vou comentar aqui é do Conselheiro Caio, em que ele pergunta sobre a articulação dessa produção dos estudantes com o Ideb. Ainda não temos essa veiculação orgânica; a gente vem discutindo isso. O instituto também tem uma rede, que é a Rede Anísio Teixeira, em que a gente desenvolve muitos produtos de comunicação para os professores; na verdade, conteúdos digitais diversos que subsidiem as aulas, então sejam conteúdos históricos, de geografia, de física, matemática.

Então, o que a gente vem pensando? Como é que essa produção que os estudantes fazem... Tem um canal - a gente está criando, dentro da plataforma Anísio Teixeira, que é onde está esse repositório de conteúdos diversos, aberto para qualquer professor do país acessar - para a produção desses estudantes.

Uma outra escala é pensar na TV, que aí requer formato, linguagem, qualidade técnica também. A gente tem discutido com o Flávio, que o Professor aqui também mencionou, como é que a gente conseguiria dar essa visibilidade. O que a gente tem conseguido é coberturas de eventos estratégicos com as agências também; então eles produzem e esse material é também veiculado nos canais oficiais do estado.

Acho que aí respondi.

Obrigada, gente. Obrigada, Patrícia.

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - Muito bom. Obrigada, Carla.

Eu queria pedir, então, para a gente assistir ao vídeo. E aí a gente encerra já, porque não há mais tempo, mas acho que o vídeo é esclarecedor de tudo isso que a Carla colocou.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Patrícia Blanco) - *(Manifestação de emoção.)*

Eu me emocionei de novo. Desculpa, é muito lindo. Desculpa. Eu sou chorona, gente. E fico emocionada porque, de fato, é uma produção maravilhosa. E fala tudo, né? Democracia, liberdade de expressão, a voz do outro.

Bom, não havendo mais tempo para continuarmos... Porque aqui é "não havendo mais quem queira fazer uso da palavra", mas é que a gente não tem mais tempo, porque acho que todos nós gostaríamos de continuar este debate. Podemos seguir durante o almoço, mas lembro aos membros do Conselho que, a partir das 14h, retornaremos a esta sala para a 18ª Reunião, de 2026.

Então, declaro encerrada esta audiência pública, agradecendo mais uma vez a participação desses brilhantes expositores e de todos vocês que nos acompanharam, os Conselheiros, Conselheiras, e a todos que nos assistiram.

Muito obrigada e até o começo da tarde. Obrigada. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)